

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA RURAL

FABRÍCIO JOSÉ COSTA DE HOLANDA

EVOLUÇÃO DAS EMIGRAÇÕES CEARENSES NO PERÍODO DE 1991 A 2003

FORTALEZA
2005

FABRICIO JOSE COSTA DE HOLANDA

EVOLUÇÃO DAS EMIGRAÇÕES CEARENSES NO PERÍODO DE 1991 A 2003

Tese submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Economia Rural do Departamento de Economia Agrícola, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Economia Rural.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Irlles O. Mayorga

FORTALEZA

2005

FABRICIO JOSE COSTA DE HOLANDA

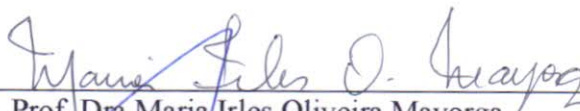
EVOLUÇÃO DAS EMIGRAÇÕES CEARENSES NO PERÍODO DE 1991 A 2003

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Economia Rural do Departamento de Economia Agrícola, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Economia Rural.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Irles O. Mayorga.

APROVADA EM : 31/01/2005

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Maria Irles Oliveira Mayorga
Universidade Federal do Ceará - UFC



Prof. Dr. José de Jesus Sousa Lemos
Universidade Federal do Ceará - UFC



Prof. Dra. Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima
Universidade Federal do Ceará - UFC



Prof. Dr. José Vanglesio Aguiar
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Com carinho,

Ao meu pai, Raimundo Holanda de Almeida (in Memorium), minha mãe Aurenice Lima Costa, minha namorada Gabriela Castro da Cunha, ao amigo e Prof. José de Jesus Sousa Lemos, e por fim ao saudoso economista Celso Furtado.

DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Às instituições e pessoas abaixo relacionadas que colaboraram de forma especial para a elaboração deste trabalho. Por isso, o autor agradece:

À Universidade Federal do Ceará e, em especial ao Departamento de Mestrado da Economia Rural, pela oportunidade de realização do curso.

Ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) pelo fornecimento de informações primordiais para realização deste trabalho, especialmente aos funcionários da biblioteca.

Aos funcionários do Departamento de Economia Agrícola da UFC, pela gentileza no atendimento durante o curso de mestrado.

À professora e amiga. Maria Irlés Oliveira Mayorga, pelo aprendizado orientação, incentivo impar durante o programa de Mestrado.

Ao professor e amigo. José de Jesus de Sousa Lemos, pela orientação, empatia e imensurável paciência para a realização deste trabalho.

Ao professor e amigo José Vanglesio Aguiar, pela orientação, atenção e paciência para a realização deste trabalho.

A professora e amiga Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima, pela orientação, empatia, paciência para a realização deste trabalho.

Aos meus pais, Raimundo Holanda de Almeida (in memorium) e Aurenice Lima Costa pelo apoio na educação familiar e formal que permitiram para a concretização deste trabalho.

A minha namorada Gabriela Castro da Cunha pelo empréstimo de livros, o carinho indispensável e incansável incentivo para que o autor concretizasse este trabalho.

A todos os colegas de turma e contemporâneos, pela amizade construída durante o curso de mestrado.

A todos aqueles, não diretamente citados, que contribuíram de alguma forma para a elaboração deste trabalho.

*“Leitor, veja o grande azar
Do nordestino emigrante
Que anda atrás de melhorar
Da sua terra distante
Nos centros desconhecidos
Os seus filhos inocentes
Na populosa cidade
De tanta imoralidade
E costumes diferentes.”*

Patativa do Assaré

RESUMO

Este trabalho teve como principal objetivo verificar a influência da renda, desemprego, pluviometria e área colhida das culturas do feijão, milho e mandioca sobre as emigrações cearenses no período de 1991 a 2003. Inicialmente é apresentada uma revisão de literatura sobre os estudos das migrações que envolvem os conceitos básicos; passando por uma retrospectiva histórica do Brasil e no mundo no contexto das migrações; a evolução emigratória do Ceará; e por fim a apresentação de modelos teóricos de migração. Na análise dos dados, estimaram-se inicialmente a matriz de correlação de Pearson; em segundo uma função regressão linear e, por fim as equações de tendência para as variáveis emigração cearense, TPR – Total da população com renda até 02 salários mínimos e desemprego. Os dados utilizados foram obtidos a partir das PNADs e da FUNCEME. Com base nos resultados obtidos, observa-se que a TPR e desemprego foram as variáveis que mais contribuíram na evolução das emigrações cearenses no período de 1991 a 2003.

Palavra-chave: emigrações cearenses, matriz de correlação de Pearson, função regressão linear e equações de tendência

ABSTRACT

This work had the objective principal to verify the influence of the income, unemployment, rain and picked area of the cultures of the bean, corn and cassava about the emigrations from Ceará in the period from 1991 to 2003. Initially a literature revision is presented on the studies of the migrations that involve the basic concepts; going by a retrospective one historical of Brazil and in the world in the context of the migrations; the evolution of the emigration of the Ceará; and finally the presentation of theoretical models of migration. In the analysis of the data, they were considered the matrix of correlation of Pearson initially; in second a function lineal regression and, finally the tendency equations for the variables emigration from Ceará, TPR (Total of the population with income to 2 minimum wages) and unemployment. The used data were obtained starting from PNADs and of FUNCEME. With base in the obtained results, it is observed that TPR and unemployment the variables that more had contributed in the evolution of the emigrations from Ceará in the period from 1991 to 2003 were.

Word-keys: emigrations from Ceará, matrix of correlation, function lineal regression end tendency equations

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Matriz de correlação Inicial (Coeficiente de Pearson).....	54
TABELA 2 - Coeficientes da equação emigração cearense estimada no Ceará, no período de 1991 a 2003.....	55
TABELA 3 - Equações de tendência para a Emigração, Desemprego, e TPR estimada no Ceará, no período de 1991 a 2003.....	56
TABELA 4 - Dados gerais – linear.....	64
TABELA 5 - Dados Submetidos ao logaritmo natural (Ln).....	65

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	10
1 INTRODUÇÃO.....	12
2. OBJETIVOS.....	14
2.1. Objetivo geral.....	14
2.2 Objetivos específicos.....	14
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
3.1 Conceitos relevantes para o estudo das migrações.....	15
3.2 Tendências históricas que antecederam os movimentos migratórios atuais.....	18
3.3 O migrantes e a sua ligação com a historia brasileira.....	20
3.4 Migrações interestaduais uma análise dos últimos censos.....	31
3.5 O GTDN e a sua relação com o binômio seca e migração.....	34
3.6 As secas: conceito e histórico.....	35
4. MODELOS DE ALOCAÇÃO RURAL-URBANA.....	37
4.1 Leis da migração.....	37
4.2 A migração sob a perspectiva das escolas: Neoclássica versus Estruturalista.....	38
4.3 Escola Neoclássica.....	39
4.4 Escola Estruturalista.....	44
4.5 A Cepal e o dualismo dinâmico.....	48
5 METODOLOGIA.....	51
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	54
6.1 Análise da equação estrutural emigração cearense.....	55
6.2. Equações de tendência para a emigração cearenses, TPR e desemprego.....	56
7 CONCLUSÕES	60
8 REFERENCIAS.....	62
ANEXOS.....	64



1. INTRODUÇÃO

Desde os períodos mais remotos, nos quais o homem ainda tentava compreender os fenômenos da natureza, a espécie humana, já obedecia a lei da oferta e procura de comida. Assim, para prover sua sobrevivência o homem passou a ser mudar constantemente de região em busca de seu alimento. Essas constantes mudanças de região em busca de melhores condições de vida são denominadas de fluxos migratórios.

Os fluxos migratórios acompanham a evolução da humanidade. E à proporção que o espírito desbravador do homem foi superando obstáculos, entendendo a natureza, o homem percebeu que poderia sobreviver explorando a terra. Deste momento em diante, a agricultura constitui-se uma das grandes conquistas da humanidade.

A caça e pesca, atividades anteriormente utilizadas como únicas opções de sobrevivência, foram postas em um segundo plano. Contudo, a produção de alimentos e o uso da terra passaram a não crescer na mesma proporção da população; já que essa última crescia rapidamente. Em resposta à necessidade imediata de satisfazer uma demanda cada vez maior por alimentos, as migrações surgiram como alternativa para busca de novas terras cultiváveis.

Já nos tempos modernos, os setores primário, secundário e terciário, representados respectivamente pela agricultura, indústria e comércio / serviços passaram a ser setores-chaves para o desenvolvimento da atividade humana. As mudanças pertinentes, nestes setores possuem estreita ligação com os deslocamentos migratórios, onde as conseqüências se fazem sentir no desenvolvimento econômico, cultural e social de um país.

Sob o consenso de estudiosos do fenômeno das migrações, é compartilhado o argumento de que a redistribuição espacial da população e a evolução da economia possuem uma estreita relação entre si, ou seja, os fluxos migratórios tendem a deslocar-se e fixar-se em localidades ou regiões em função das mudanças na configuração espacial do dinamismo econômico.

Para a compreensão das migrações no Brasil é de extrema relevância reportar-se a décadas anteriores, onde dados estatísticos revelam as desigualdades regionais responsáveis pelo fluxo de milhares de brasileiros. Desta forma, ocorreram alterações profundas nas últimas décadas, quando as regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul assumiram fortemente os papéis de pólos de atração e de expulsão de migrantes.



No Ceará, dissertar sobre os fluxos migratórios faz parte da própria história de luta deste povo acostumado a migrar para as partes mais longínquas do Brasil. Para os menos abastados, o objetivo único era simplesmente vencer e sobreviver junto com a sua família.

Os últimos resultados do censo 2000 apresentam números que reforçam o aumento dos fluxos migratórios interestaduais entre os diversos estados, e em especial o Ceará que ao longo dos últimos 10 anos foi responsável por “expulsar” milhares de cearenses para diversos estados do país. De fato, os números atestam que 1.592.756 cearenses emigraram, representando, uma diferença para mais de 16,8% em relação ao censo de 1991. A posição do Ceará como um dos seis estados maiores responsáveis pela emigração nordestina, não é verificada apenas no censo 2000. De fato, os censos de 1950, 1960, 1970, 1980, e 1991 também mostram dados sobre a relevância do estado como um dos grandes exportadores de mão-de-obra para as demais regiões e estados.

A proposta do trabalho foi buscar ratificar os dados anteriormente mostrados, através de uma análise da evolução das emigrações cearenses em direção aos outros estados da Federação, e identificar as principais causas para expulsão de cearenses. O foco central do problema, portanto, é aferir a evolução das emigrações cearenses, em direção aos outros estados, no período compreendido de 1991 a 2003. Através de dados coletados no IBGE através da publicação das PNADs, e, dados de Pluviometria da FUNCEME analisou-se a importância da evolução das emigrações cearenses como alternativa de sobrevivência para este povo.

As hipóteses que orientaram este trabalho foram: Hipótese principal – os emigrantes cearenses no período de 1991 a 2003 ao contrário da tendência nacional de migração de retorno continuam migrando para outros estados brasileiros. Hipóteses Secundárias - a) Os movimentos emigratórios cearenses por serem constituídos principalmente de pequenos agricultores são influenciados pelo regime de chuvas, pois são afetados pelo cultivo de culturas de subsistência; especialmente o milho, feijão e mandioca; b) O número de cearenses desocupados, desempregados ou com renda até dois salários mínimos influencia decisivamente na intenção de emigrar.

2.OBJETIVOS

2.1 Geral:

Identificar as causas principais que contribuíram para a evolução emigratória dos cearenses para outros estados brasileiros, no período de 1991 à 2003;

2.2 Específicos:

a) Analisar a relação das variáveis total da população com renda até 02 salários mínimos, do desemprego, das áreas colhidas das culturas temporárias do feijão, milho e mandioca; e das precipitações de chuvas como causas para a “fuga” de cearenses para outros estados;

b) Aferir os papéis, da renda e do desemprego ocorrida no Ceará nos últimos 12 anos sobre o seu fluxo emigratório;

c) Aferir a taxa de crescimento da emigração do Ceará nos últimos 12 anos, bem como a taxa de desemprego e da quantidade da população com renda até 02 salários mínimos.

3 REFERENCIAL TEORICO

3.1 Conceitos relevantes para o estudo das Migrações

O estudo das migrações pode ser dividido em duas vertentes: a) Quanto ao tempo de duração, podendo ser definitivas e temporárias); e b) Quanto ao espaço de deslocamento, podendo ser classificadas como externas ou internacionais e internas, onde as mesmas são desmembradas em intra-regionais – quando ocorridas dentro das regiões do país, ou inter-regionais – quando realizadas de uma região para outra, no interior do mesmo país.

Ferreira (2000), com muita propriedade define na sua primeira acepção o conceito de migração: Passagem dum país para outro (falando-se de um povo ou de grande multidão). Para Orrico (1980), migração é o deslocamento de uma área definidora do fenômeno para uma outra (ou um deslocamento a uma distância mínima especificada), que se realizou durante um intervalo de migração determinado e que implicou em mudança de residência. Migrante é a pessoa que mudou de local de residência habitual de uma área definidora da migração para uma outra (ou que se deslocou a uma distância mínima especificada), pelo menos uma vez durante o intervalo de migração considerado.

Do ponto de vista da migração, a área (lugar) de origem é aquela em que se processa o deslocamento. Do ponto de vista dos migrantes, a área de origem pode ser:

- a) Área de residência em início do intervalo migratório;
- b) Área de residência a partir da qual se procedeu o último deslocamento

Segundo Orrico (1980), a forma de definir a área de origem depende da natureza da informação de que o analista puder dispor.

Do ponto de vista da migração, a área onde termina um deslocamento é a área de destino. E, do ponto de vista dos indivíduos migrantes, a área de destino é a residência ao final do intervalo migratório considerado. ORRICO, (1980)

Ainda segundo Orrico (1980), ele especifica que imigrante é o indivíduo que sai de uma área definidora da migração e cruza seus limites em direção a um ponto situado fora dela, mas dentro do mesmo país. O migrante externo, ao contrário, é um migrante internacional que sai de um outro país, cruzando uma fronteira internacional. As migrações internas são movimentos migratórios que ocorrem no interior ou entre regiões de um país.

Conforme Menezes (2003), as migrações internas definem-se por: emigração – a saída de pessoas de um lugar e imigração – entrada ou chegada de estrangeiros num lugar. No tocante à emigração de um país, várias razões contribuem, tais como: crises econômicas, doenças epidêmicas, perseguições políticas e religiosas e até preconceitos raciais. No Brasil, o processo imigratório teve início a partir de 1808 com a chegada da família real. Contudo, somente em 1818 chegaram os primeiros imigrantes que eram suíços-alemães que se fixaram no atual Estado do Rio de Janeiro, onde fundaram a cidade de Nova Friburgo. Porém, somente com a necessidade de mão-de-obra para a cultura cafeeira, é que após 1850, efetivamente eclodiram as correntes imigratórias. O território brasileiro recebeu imigrantes de variados continentes, principalmente:

- a) Europa: Portugueses e Italianos
- b) América Latina: Uruguaios, Argentinos e Chilenos
- c) Ásia: Chineses e Coreanos
- d) América do Norte: Estadunidenses

Menezes (2003), ainda enfatiza que as migrações internas estão estreitamente ligadas ao processo de mudança da economia brasileira e a criação de novos pólos de desenvolvimento. O autor cita as atividades econômicas que incentivaram as migrações internas no Brasil:

- a) Criação de Gado no Sertão do Nordeste, no século XVIII, quando nordestinos deixaram a Zona de Mata, devido à decadência da cana-de-açúcar;
- b) Mineração, no século XVIII, quando nordestinos e paulistas deslocaram-se para Minas Gerais devido à descoberta do ouro;
- c) Cultura cafeeira na Zona de Terra Roxa, que determinou novo movimento migratório (nordestinos e mineiros) para São Paulo e Paraná, em fins do século XIX e começo do atual;
- d) A coleta do látex (borracha natural), em fins do século XIX e começo do século XX, quando nordestinos procuraram a Amazônia e conquistaram o Acre, que antes pertencia à Bolívia;
- e) Surto Algodoeiro, na década de 30, atraindo nordestinos e mineiros para o estado de São Paulo

Menezes(2003), define que este movimento migratório é periódico (sazonal) e reversivo, é causado por fatores climáticos, como mudança das estações ou secas temporárias. O exemplo clássico é o pastor nômade que vive com seu rebanho nas regiões montanhosas. A explicação é devido às pastagens das regiões montanhosas que ficam cobertas de neve, ficando difícil alimentar o rebanho de ovelhas; em decorrência deste fato, o pastor dirigia-se para as partes mais baixas, onde neva menos e assim o pasto não fica permanentemente nevado, deixando sua família mais acima. Quando chegava o verão, o pastor retornava para o alto com seu rebanho. No Brasil, o fenômeno da Transumância ocorre entre o Sertão e a Zona da Mata do Nordeste – os pequenos proprietários em face da seca, vão trabalhar nos latifúndios monocultores de cana-de-açúcar na zona da mata (litoral). As famílias permanecem no sertão, aguardando o momento da colheita e o retorno dos entes queridos. O retorno para o sertão dá-se com o reinício das chuvas, quando iniciam novas plantações.

Conforme, Camargo (1968), o êxodo rural na sua essência caracteriza-se pela liberação da mão-de-obra empregada no setor agropecuário e, conseqüentemente alocação para atividades extra-agrícolas. Vale ressaltar que a expressão “êxodo rural” no seu sentido mais amplo não se refere à emigração de uma população inteira de uma região para outra, mas sim do abandono por parte do trabalhador rural e de seus dependentes das atividades agrícolas em prol de uma nova perspectiva de trabalho nas cidades grandes.

Para Menezes (2003), o êxodo-rural é o abandono do campo em busca das cidades. Nas palavras do autor:

“Tem sido muito comum no Brasil, após nosso grande surto industrial. As cidades em fase de crescimento e de industrialização oferecem melhores condições de trabalho e de vida. Em busca dessas condições de milhares de retirantes abandonaram o” sossego “dos sítios e das fazendas e se aventuram pelas nossas cidades.” (MENEZES, 2003, p.03).

O êxodo rural ou migração rural-urbana apresenta no tocante ao campo algumas conseqüências negativas dentre elas: a) Diminuição da população rural; b) Diminuição da mão-de-obra rural; e c) Diminuição da produção agrícola, com elevação do custo de vida., MENEZES (2003).

Com relação às cidades os efeitos são ainda mais desastrosos dentre eles destacamos: a) Desemprego e Subemprego, quando o mercado de trabalho é pequeno em relação a

oferta de mão-de-obra; b) Déficit habitacional ocasionando preços elevados no aluguel ou compra de habitações;c) Formação de favelas e de bairros operários, sem as benfeitorias da cidade; d) Desaparecimento do cinturão verde (chácaras e sítios que envolvem a cidade), devido à especulação imobiliária; e) Queda na qualidade dos serviços públicos urbanos básicos tais como água encanada e esgoto, coleta ineficiente de lixo e deficiência nos transportes coletivos; f) Crises de abastecimento no mercado urbano através da falta de gêneros alimentícios e outros produtos; g) Elevação da marginalidade social, com delinqüência, prostituição e miséria materializada com um número cada vez maior de mendigos, MENEZES, (2003)

3.2 Tendências Históricas que antecederam os Movimentos Migratórios atuais

No período anterior à formação do modo de produção capitalista, a maioria da população européia vivia e morria na terra natal, inclusive em sua própria paróquia. Os limites existentes entre a cidade e Zona Rural eram rígidos, e a maior parte da população mundial era rural. Com o advento da industrialização ocorreu uma violenta diminuição da população rural, e por consequência no aumento da população urbana, o que elevou drasticamente a população total, RENNER&PATARRA (1980).

O início desse processo começou no final do século XV e no princípio do século XVI com as modificações na estrutura agrária. As transformações na agricultura permitiram a posse das terras a proprietários privados com plena liberdade para comprá-las e vendê-las. A consequência foi a concentração da propriedade rural, na produção orientada para o mercado, no aperfeiçoamento das técnicas de cultivo e, o principal, no surgimento do trabalhador assalariado, RENNER&PATARRA (1980).

Com a mercantilização da força de trabalho houve a conversão dos camponeses e artesãos antes detentores dos meios de produção em assalariados. A cisão entre o produtor e seus meios de produção foi se realizando progressivamente enquanto o modo de produção capitalista ampliava suas raízes. As alterações na propriedade da terra antecederam no século XVIII à introdução de técnicas modernas na agricultura. Com o advento da revolução agrícola, elevou-se a produtividade, em extensão e intensidade, porém, houve

oposição à população rural que diminuía por intermédio de contínuas migrações para as cidades. RENNER&PATARRA (1980).

Com a diminuição absoluta do número de trabalhadores agrícolas, passou a existir um excesso de trabalhadores para as atividades rotineiras da agricultura e uma falta de trabalhadores para as atividades sazonais. Os espaços deixados pela população no campo, opuseram-se ao crescimento da população das aldeias e cidades, infligindo efeitos negativos sobre os salários agrícolas e urbanos. RENNER&PATARRA (1980), descrevem um interessante comentário acerca da mudança de indústria doméstica para a grande indústria:

“A completa expulsão dos pequenos produtores rurais independentes e a consumação de sua migração para a cidade ocorreu com o aparecimento, na segunda metade do século XVIII, da grande indústria, a qual eliminou definitivamente a indústria doméstica. Uma vez retirados os últimos obstáculos à mercantilização da força de trabalho, criavam-se as condições fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo industrial.” (RENNER&PATARRA (1980), p.247).

Marx na sua grande obra *O Capital* descreve com extrema propriedade o processo de expropriação do produtor rural que dissociado de suas terras é transformado em simples proletário a serviço único do processo capitalista de produção. Todo um conjunto de leis absurdas foi criado com o intuito de submeter, de forma incondicional, a população rural ao processo de acumulação primitiva do capital para que o mesmo servisse de instrumento para a acumulação capitalista industrial que se perpetuaria até os dias de hoje. Marx em uma interessante passagem mostra que as emigrações rurais foram forçosamente criadas pelo interesse de capital que marca a dissociação definitiva do trabalhador rural antes independente, de seus meios de produção, culminando na destruição da indústria doméstica rural.

“Marcam época, na história da acumulação primitiva, todas as transformações que servem de alavanca à classe capitalista em formação, sobretudo aqueles deslocamentos de grandes massas humanas, súbita e violentamente privadas de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como levas de proletários destituídos de direitos. A expropriação do produtor rural, do camponês que fica assim privado de suas terras constitui a base de todo o processo.” (MARX, 1971, p.831)

3.3 O migrante e a sua ligação com a história econômica brasileira

Dissertar sobre a história das migrações no Brasil leva, sem dúvida, à necessidade de se retroceder no tempo e buscar na história econômica brasileira as razões pelas quais o migrante, é personagem essencial para a expansão econômica e territorial do Brasil de hoje. Esta retrospectiva histórica tem seu início na sua estreita relação com o mercantilismo.⁽¹⁾

O século XV foi marcado pela grande ânsia dos países europeus em buscar novos caminhos em direção às Índias que pôr sua vez eram fontes das cobiçadíssimas especiarias que naquele contexto histórico eram monopolizadas pelos comerciantes Italianos e pelo Império Otomano. Portugal e Espanha foram inicialmente os principais agentes da expansão européia.

Conforme Furtado, (1998), o comércio interno europeu que teve seu início a partir do século XI. Ele alcançou seu apogeu no século XV, quando as invasões turcas criaram obstáculos entre o Oriente e o Ocidente. Para o restabelecimento das linhas de comércio a expansão marítima iniciada por portugueses e espanhóis constituiu o grande feito para o subsequente desenvolvimento da Europa, pois quebrou o monopólio dos intermediários árabes e comerciantes venezianos.

O descobrimento das terras americanas, em especial o Brasil é resultado do amplo aparato financeiro e técnico desenvolvido por portugueses e espanhóis. Segundo as palavras de Furtado, (1998):

“A descoberta das terras americanas é, basicamente, um episódio secundário. E na verdade o foi para os portugueses durante todo o meio-século. Aos espanhóis revertem em sua totalidade os primeiros frutos, que são também os mais fáceis de colher. O ouro acumulado pelas velhas civilizações da meseta mexicana e do Altiplano Andino é a razão de ser da América, como objetivo dos europeus, em sua primeira etapa da existência histórica.” (FURTADO,1998, p.06).

Outras nações emergentes passaram a contestar a supremacia de portugueses e espanhóis sobre as novas terras descobertas, principalmente com a assinatura do tratado de Tordesilhas em 1494.

(1) Tendência para subordinar tudo ao comércio, ao interesse, ao lucro, ao ganho. p.428. SANDRONI, Paulo. Dicionário de Economia.

O início do processo de ocupação do território brasileiro é consequência da pressão política das nações européias sobre Portugal e Espanha. Para fazer frente à necessidade de se povoar as terras americanas, e em específico o Brasil, era imprescindível ocupá-las permanentemente. FURTADO, (1998).

O desenvolvimento da agricultura canavieira infligiu rapidamente a necessidade de se buscar cada vez mais terras para esta atividade monocultora. Não havia naquele contexto histórico a preocupação de se cultivar certos gêneros alimentícios, que provocou uma grande crise de abastecimento, haja vista que os senhores de engenho eram reacionários a idéia de produzir culturas de subsistência em suas terras.

Diante desta perspectiva a criação de gado emergiu com o intuito de atender às necessidades do engenho e realizava-se dentro dos seus limites. O surgimento desta nova atividade servia basicamente para distribuir alimentos e o couro como instrumento de trabalho.

Furtado (1998), descreve numa interessante passagem as características básicas da economia criatória que contribuíram para a penetração e ocupação do interior brasileiro:

“A ocupação da terra era extensiva e até certo ponto itinerante. O regime de águas e distâncias dos mercados exigiam periódicos deslocamentos da população animal, sendo insignificante a fração das terras ocupadas de forma permanente. As inversões fora do estoque de gado eram mínimas, pois a densidade econômica do sistema, em seu conjunto, era baixíssima. Por outro lado, a forma mesma como se realiza a acumulação de capital dentro da economia criatória induzia a uma permanente expansão – sempre que houvesse terras por ocupar – independentemente das condições da procura.” (FURTADO, 1998, p.57).

O crescimento da pecuária bovina produziu a formação de fluxos migratórios que indubitavelmente, contribuíram para o povoamento dos sertões dos atuais estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Alagoas, Sergipe, Bahia e Maranhão. PRADO J.R. (1994) afirma que o avanço das fazendas não se restringiu apenas ao Piauí, mas também no Maranhão ao longo do Rio Itapicuru. De acordo com o mesmo autor as fazendas se estenderão do Ceará, onde o movimento se confundiu com o movimento do sentido contrário oriundo de Pernambuco contornando, desta forma, todo o litoral.

A proliferação das fazendas ao longo do sertão nordestino, e por conseguinte sua colonização é explicada pelo intenso consumo de carne e couro demandada pela produção

açucareira. PRADO JR. (1994), tece um interessante comentário do fenômeno das fazendas de gado ao longo do litoral nordestino:

“A rapidez com que se alastraram as fazendas no sertão nordestino se explica, de uma parte, pelo consumo crescente do litoral onde se desenvolvia ativamente a produção açucareira e o povoamento; doutrora, pela pequena densidade econômica e baixa produtividade da indústria.” (PRADO JR.,1994, p.45).

Com o início da decadência da cultura açucareira, uma outra atividade econômica transforma a estrutura econômica do Brasil-colônia: A Mineração.

Desde o momento em que Cabral desembarcou em Porto Seguro, existia uma grande ânsia por parte da coroa portuguesa de encontrar pedras preciosas como ouro, prata e diamantes nas terras descobertas. Tal expectativa era impulsionada pela política do metalismo muito comum nas monarquias absolutas mercantilistas.

Naquela época o metalismo era a capacidade de um país tornar-se rico e poderoso a partir do maior acúmulo possível de ouro e prata. Contudo, ao contrário da América Espanhola, Portugal apesar de dominar um vasto território não encontrou de início nenhuma jazida aurífera, fato este que agravava ainda mais a crise econômica da colônia, haja vista que a economia açucareira se achava em vertiginosa decadência por causa da baixa dos preços, concorrência, etc.

De acordo com Prado Jr. (1994), o interesse da metrópole pelo Brasil tomou um considerável impulso a partir do início do século XVIII com o advento da descoberta de jazidas de ouro. O referido autor, descreve com extrema precisão a nova ordem econômica construída a partir da mineração:

“A mineração do ouro no Brasil ocupará durante três quartos de século o centro das atenções de Portugal, e a maior parte do cenário econômico da colônia. Todas as demais atividades entrarão em decadência e as zonas em que se ocorrem se empobrecem e se despovoam. Tudo cede passo ao novo astro que se levanta no horizonte; o próprio açúcar, que por século e meio representara o nervo econômico da colonização e sua própria razão de ser, é desprezado.” (PRADO Jr. 1994, p.56).

Com o advento da descoberta do ouro, os paulistas foram os primeiros imigrantes a chegar à região do estado atual de Minas Gerais. Do Nordeste chegavam colonos do Rio São Francisco e inclusive de Portugal. Todos buscavam e auferiam o desejo de enriquecimento rápido. FURTADO, (1998) comenta com precisão este novo momento sócio-econômico:

“De Piratininga a população emigrou em massa, do nordeste de deslocaram grandes recursos, principalmente sob a forma de mão-de-obra escrava, e em Portugal se formou pela primeira vez uma corrente migratória espontânea com destino ao Brasil.” (FURTADO, 1998, p.73).

O grande fluxo de escravos e de trabalhadores livres que se dirigiam para a região aurífera acarretou grandes distúrbios para as regiões de onde saíam. Houve um grande comércio de escravos principalmente do nordeste para as jazidas auríferas, aumentando, assim muito o preço do escravo. Foi necessário que as autoridades regionais solicitassem medidas de controle à metrópole para conter a perda de mão-de-obra.

A solução encontrada foi o incentivo à migração forçada de escravos africanos que segundo cálculos feitos por Maurício Goulart, foram vendidos 470.000 escravos para toda a mineração nas “Minas Gerais”, SOUZA (1980).

Mesmo com o grande fluxo de homens livres e escravos que se dirigiam para a região aurífera, o problema da falta de mão-de-obra persistia. Este entrave só seria corrigido a partir da chegada de escravos africanos. Após certo período de instabilidade, estruturou-se uma sociedade composta por mineradores, dominantes da economia local, formada por brancos descendentes de portugueses; e mais baixo, brancos não-senhores, mestiços e negros livres alforriados que se ocupavam com atividades artesanais, pequenos comércios e atividades semelhantes. SOUZA (1980).

Na época da região das Minas Gerais proporcionou importantes transformações na sociedade brasileira:

“A hegemonia econômica do nordeste (séc. XVII) deslocou-se para as Gerais. O indicador mais evidente desta mudança foi a transferência em 1763, da capital do país, da Bahia para o Rio de Janeiro.” (SOUZA, 1980, p.49).

A exploração aurífera atinge seu auge a partir da metade do século XVIII onde então inicia-se o declínio da exploração do ouro. As causas são inúmeras dentre elas destaca-se: a) O esgotamento das jazidas; b) Deficiência de investimentos para buscar novas áreas de exploração; e c) O tributo da coroa portuguesa denominado de o quinto que colaborou fortemente para a decadência da atividade. Contudo, o ciclo do ouro apesar de ter atingido prematuramente seu auge permitiu a conquista, colonização e desenvolvimento do Centro-Sul do país.

Com o advento da revolução industrial ocorrida na segunda metade do século XVII na Inglaterra, a guerra da independência das colônias americanas na América do Norte e Central foram fatores que influenciaram positivamente as exportações dos produtos tropicais Brasileiros para os Estados Unidos e o mercado europeu.

O primeiro destaque foi o algodão Mocó cultivado no nordeste que passou a abastecer a crescente indústria têxtil Inglesa. Prado Jr. (1994) descreve em uma passagem:

Para Prado Jr. (1994, p. 80-81), “[...] o papel do algodão nunca fora de destaque; em particular na Europa, onde nada havia que o avantajasse às fibras de produção local então utilizadas para os mesmos fins que ele: O Linho ou a Lã. Os progressos técnicos do século XVIII permitirão o seu aproveitamento em medida quase ilimitada, ele se tornará a principal matéria-prima industrial.”

De acordo com Prado Jr. (1994), o açúcar também ressurgiu em importância no final do século XVII. Os bloqueios impostos na Espanha, Guerras Napoleônicas, dentre outros conflitos, recolocaram o açúcar mesmo de forma transitória no mercado internacional, devido o aquecimento da produção interna.

As antigas regiões produtoras como a Bahia e Pernambuco decadentes há cem anos, se renovam e, conjuntamente, com a abertura de novas regiões como Campos dos Goitacazes e a antiga capital São Vicente (São Paulo), recolocaram a lavoura canavieira no cenário exportador.

No tocante à pecuária comercial a região das Minas Gerais teve como seu destaque a emergente indústria de Laticínios que até em pouco tempo não tinha uma escala comercial de produção. No Rio Grande do Sul desenvolveu-se uma pecuária de corte, as chamadas “charqueadas” que substituíram a produção nordestina castigada pelas inúmeras secas características daquela região.

Com o declínio da exploração do ouro, houve em termos quantitativos a realocação de investimentos e de mão-de-obra em direção às atividades desenvolvidas no litoral, salvo em exceção a cultura do algodoeiro no interior do nordeste e a agricultura cafeeira nas terras fluminenses e paulistas.

O Rio de Janeiro pode ser considerado como a região pioneira na agricultura do café. Sua chegada no Brasil data ao ano de 1770, e desenvolveu-se fortemente já nas primeiras décadas do século XIX especificamente nas regiões próximas a cidade do Rio de Janeiro, Vale do Paraíba Fluminense e Paulista. Com o término das guerras napoleônicas, o café

espalhou-se por toda a Europa atingindo seu apogeu de produção até a segunda metade do século XIX.

A valorização do café se repercutiu na alta dos preços no mercado internacional, fato este, que culminou na substituição de culturas agrícolas por cafezais, por parte dos fazendeiros cariocas. Para o escoamento da produção foram construídas ferrovias de interligação com o litoral como, por exemplo, a ferrovia Pedro II que proporcionou um aumento populacional num curto espaço de tempo.

Prado Jr. (1994) desenvolve uma interessante passagem acerca da contribuição do café para a evolução econômica brasileira:

“A lavoura do café marca na evolução econômica do Brasil um período bem caracterizado. Durante três quartos de século concentra-se nela quase toda a riqueza do país; e mesmo em termos absolutos ela é notável: O Brasil é o grande produtor mundial, com um quase monopólio, de um gênero que tomará o primeiro lugar entre os produtos primários no comércio internacional.” (PRADO Jr.,1994, p.167).

De acordo como Souza (1980), três movimentos migratórios podem ser destacados em direção aos cafezais: a) A primeira migração decorrente de Minas Gerais era formada pelos mineradores decadentes que se deslocaram e trouxeram consigo a mão-de-obra escrava, gado e tropas; b) O segundo tipo de migração oriunda do sudeste, mais especificamente da Baixada Fluminense aonde havia um excesso de mão-de-obra servil ociosa, haja vista pela decadência da cultura canavieira; c) A terceira corrente migratória originada pelo nordeste que era composta sobretudo, por escravos vendidos e homens livres.

Conforme Souza (1980), a cultura cafeeira ao penetrar no Paraíba produziu uma corrente migratória de mesma natureza na região do Paraíba Fluminense. Segundo o autor, os migrantes eram formados por senhores de engenho decadentes e comerciantes dedicados especificamente à comercialização de muars.

Prado Jr. (1994) relata em uma passagem a enorme importância que o Vale do Paraíba exerceu como a chegada da cultura cafeeira:

Para Prado Jr. (1994, p.162) “[...] o vale do Paraíba tornou-se assim um grande centro condensador de lavouras e de população; em meados do séc. XIX reúne-se aí a maior parcela da riqueza brasileira. Subindo pelo rio os cafezais invadem e ocupam largamente a parte oriental da província de São Paulo.”

Contudo, o uso predatório das terras força a expansão das plantações de café para o Oeste Paulista, haja vista que naquela época a demanda internacional do produto crescia vertiginosamente. As antigas áreas destinadas para a cana-de-açúcar paulatinamente foram substituídas pelo café.

Esta mudança no cenário agrícola repercutiu na composição dos movimentos migratórios. De acordo com Souza (1980), a partir de 1850 houve um forte deslocamento migratório em direção ao Oeste Paulista e que gerou enormes repercussões. A composição destes migrantes era oriunda dos Vales do Paraíba Paulista e Fluminense que eram compostos fundamentalmente por cafeicultores decadentes e de escravos; o segundo movimento migratório vinha de Minas Gerais onde predominava uma grande excedente de mão-de-obra da agricultura de subsistência e que era formada por escravos vendidos, alforriados e homens livres; o terceiro e último era oriundo do Nordeste, onde em especificamente na Bahia e Sergipe, foram os estados que cederam escravos e homens livres, pois a cultura canavieira se achava em decadência devido concorrência feita pelo açúcar da beterraba produzido pelos mercados europeus.

A produção do café era subordinada a quantidade de mão-de-obra disponível e que já não poderia ser trazida apenas do nordeste, pois os preços dos escravos haviam atingido níveis elevados e nem tampouco da África devido as pressões exercidas pela Inglaterra que passou a defender a inserção do trabalho assalariado como forma de garantir o mercado consumidor de seus produtos. Com o advento da abolição da escravatura em 1888, os escravos, agora livres, abandonaram as fazendas e dirigiram-se para as cidades.

Com o advento da lei Áurea em 1888 ocorreu uma escassez de trabalhadores, pois como foi dito na seção anterior a mão-de-obra africana preferiu abandonar os cafezais. A solução proposta foi a recorrência à mão-de-obra estrangeira, em especial a italiana, que por sua vez foram encaminhados para os cafezais do Centro-Sul, estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul. Furtado, (1998) apresenta alguns dados acerca da importância da mão-de-obra italiana para a economia brasileira:

“O número de imigrantes europeus que entram nesse estado sobe de 13 mil, nos anos setenta, para 184 mil no decênio seguinte e 609 mil no último decênio do século. O total para o último quartel do século foi 803 mil, sendo 577 mil provenientes da Itália.” (FURTADO, 1998, p.128).

A associação da economia cafeeira e os imigrantes teve uma importância fundamental para a economia brasileira, pois contribuiu para a formação de um capital que seria imprescindível para o processo de industrialização.

De forma paralela ao apogeu da produção cafeeira no Centro-Sul, a região Amazônica passa a ter um importância relevante em relação ao cenário econômico nacional. Conforme Souza (1980), a colonização da região Amazônica teve seu início ao longo da segunda metade do século XVII articulada pelos jesuítas e carmelitas, tais religiosos através da catequização conseguiram transformar os silvícolas numa mão-de-obra útil para a região.

Com a eclosão da indústria automobilística o mercado europeu encontrou no Brasil a saída para suprir as necessidades crescentes de suas industriais. Furtado (1998), apresenta dados interessantes acerca do volume de exportações da borracha brasileira:

“As exportações de borracha extrativa brasileira subiram da média de 6.000 toneladas nos anos setenta, para 11.000 nos oitenta, 21.000 nos noventa e 35.000 no primeiro decênio deste século.” (FURTADO, 1998, p.131).

O desenvolvimento do automóvel produziu uma forte pressão da demanda pela borracha, fato este que resultou na necessidade cada vez maior de recrutar mais mão-de-obra. Esta mão-de-obra foi suprida pelo excedente de migrantes nordestinos que não conseguiram serem absorvidos pela agricultura algodoeira e as constantes secas que assolavam a região compreendida pelo polígono das secas.

Vale ressaltar, no entanto, que foram os períodos de seca que foram os grandes responsáveis pela migração de milhares de nordestinos. Atraídos pela propaganda dos agentes pagos pelos interesses da borracha, ou os poucos afortunados que regressavam com alguns recursos, muitos nordestinos passaram a trabalhar nos seringais, haja vista os bons salários pagos. Os migrantes a medida que exploravam a borracha se embrenhavam cada vez mais nas selva amazônica alcançando e ultrapassando os limites da fronteira com a Bolívia onde então seriam expulsos pelos bolivianos, porém esta região que hoje é o Acre foi posteriormente anexada ao Brasil.

Porém as condições de trabalho nos seringais não corresponderam às expectativas dos migrantes nordestinos, e muitos na maioria das vezes, tornavam-se escravos, pois não tinham condições financeiras para pagar o regresso para sua terra natal. No início de 1910 a borracha também passou a ser explorada pelos ingleses no Ceilão, Singapura e Malásia,

fato este que ocasionou na queda do preço do produto, e também na diminuição na qualidade de vida da região.

Furtado, (1998) descreve uma passagem interessante da decadência da queda da qualidade de vida da população local na região Amazônica:

“Ao declinarem estes de vez, a miséria generalizou-se rapidamente. Sem meios de regressar e na inovação do que se passava na economia mundial do produto, lá foram ficando. Obrigados a completar seu orçamento com recurso locais de caça e pesca, foram regredindo à forma mais primitiva de economia de subsistência que é a do homem que vive na floresta tropical e que pode ser aferida por sua baixíssima taxa de reprodução.” (FURTADO, 1998, p.134).

O atual estado do Paraná foi outra região do país que apresentou uma grande mobilidade espacial. Neste estado podem ser identificados dois movimentos migratórios diferentes; um em direção ao norte e o outro voltado para o sudoeste do estado. Com sua emancipação vários incentivos foram dados para a colonização do Paraná, contudo somente com os ciclos do ouro e do café, é que a ocupação do estado efetivamente se concretiza.

Segundo Souza (1980), através da cultura cafeeira e a grande fertilidade do solo houve um grande incentivo para o movimento migratório em direção ao Paraná. Dentre estes migrantes conforme o mesmo autor, destacaram-se fazendeiros mineiros e paulistas bem como seus escravos e agregados.

Contudo, efetivamente o ingresso para o norte do Paraná iniciou-se após 1930 quando duas companhias Japonesas de algodão – Brazi Tokusho KU Kaisha (Bratac) e a Nambei Tochi –Kubushiri que instalaram suas fábricas em 1931 tendo como sede as cidades de Assaé Uraí. Mesmo como a importância destas empresas somente a Brazil Plantation Syndicate Ltda com sua subsidiária no Brasil denominada de Companhia de Terras Norte do Paraná é que efetivamente atraiu um grande número de migrantes, SOUSA (1980).

De acordo com Souza (1980), a população do Norte do Paraná na década de 40 e 60 cresceu na ordem e 1.029.025 para 1.843.679, respectivamente. Segundo o mesmo autor este crescimento populacional se explicava por dois motivos: 1) Esgotamento do Solo nas áreas produtoras de café na região compreendida por Campinas, São Carlos e Ribeirão Pires; 2) o processo de urbanização dessas cidades citadas anteriormente valorizou as terras e a substituição da cafeicultura destinada ao abastecimento destas cidades e da capital.

O segundo movimento migratório em direção ao Paraná foi oriundo do Rio Grande do Sul, onde os migrantes se estabeleceram primeiro catarinense, para posteriormente ocuparem definitivamente a região paranaense. Tais migrantes em detalhe eram compostos pela classe média rural gaúcha.

O povoamento do sudoeste paranaense estruturou-se sob dois pilares: 1) O primeiro movimento migratório estendeu-se desde o século XIX até 1940 planejados pelos governos estaduais e federais preocupados com a colonização da região; 2) O segundo movimento migratório em menos de 20 anos permitiu o surgimento de 40 cidades no período de 1952-56. A característica destes migrantes é que eram de origem gaúcha que ocupavam-se com atividades de subsistência onde suas propriedades tinham um pequeno porte com gestão do tipo familiar.

Com o advento do Estado Novo, implementado pelo governo de Getúlio Vargas, criou-se um modelo capitalista de desenvolvimento para as áreas de menor densidade demográfica e de muita fertilidade do solo. Tais áreas estavam localizadas no Oeste brasileiro, onde o governo de Vargas tinha o propósito de retomar a posição brasileira na produção da borracha, expansão de terras férteis para arrefecer os excedentes populacionais originários do nordeste, política urbana, para diminuir o descongestionamentos onde se concentravam uma enorme massa de desempregados e, por fim, a substituição da imigração estrangeira pela nacional.

Os resultados, porém, foram poucos mas importantes. Foram construídas algumas ferrovias e a cidade de Goiânia, nova capital de Goiás. Paralelo a isto, formou-se uma corrente migratória oriunda de São Paulo e Minas Gerais que era articulada por elementos da burguesia rural e das demais classes desses estados. Este comportamento migratório atingiu seu ápice em 1960, porém desde 1945 verificou-se a chegada de 50.000 imigrantes por ano, procedentes da classe operária rural e elementos da classe média rural do Norte de Minas Gerais, Bahia e de outros estados nordestinos. A grande construção de Brasília com suas áreas de acesso permitiu o ingresso de mais imigrantes de tal modo que a densidade demográfica elevou-se em 600.000 habitantes nas redondezas de Brasília.

No entanto, o enorme número de imigrantes que chegavam todos os dias em busca de novas terras, gerou conflitos em grileiros, posseiros e os proprietários de terra já instalados. Diante desse fato, o interior do Oeste precisava ser mais ocupado diante da crescente



demanda por terras. Os grandes reservatórios de mão-de-obra para a região foram: Minas Gerais, Espírito Santo, estados do nordeste como Sergipe, Bahia, Maranhão e Piauí. Segundo o IBGE, os dados do censo 1960 apresentam o ingresso de imigrantes na região centro-oeste na ordem de 1.621.484.

O início do processo de industrialização no Brasil somente teve um verdadeiro impulso a partir da libertação dos escravos, e a queda da monarquia, através da proclamação da república, que juntos permitiram a liberação de capital da aristocracia rural para a urbana. Tal transferência de recursos, que se realocou para outras atividades derivadas da atividades cafeeira associado aos investimentos dos Estados Unidos e Europa permitiu que o Centro-Sul se preparasse com uma infra-estrutura de extrema relevância para que o setor industrial pudesse desenvolver-se velozmente.

Nesta fase de consolidação da industria brasileira a imigração estrangeira desempenhou papel fundamental através dos italianos que: fizeram forte oposição a relação patrimonialista transformando-se em assalariados; trouxeram novas técnicas agrícolas e atividades e; impulsionaram a acumulação de capital graças ao entesouramento. Tal mudança de mentalidade perpetrada pelos italianos proporcionou inversões em pequenas empresas comerciais e industriais na capital e no interior.

Em 1929, a economia mundial mergulha numa grave crise. Todavia, para o Brasil tal depressão econômica forçou o governo a restringir as importações no objetivo de formar um mercado interno para a industria nacional, sem a barreira da concorrência externa, único entrave que naquele momento econômico freava a formação e o desenvolvimento da industria nacional. Mesmo passada a crise da cafeicultura, os preços não eram compensadores como antes, e os produtores de café passaram a realocar seus recursos para a industria.

As mudanças na conjuntura econômica incentivaram um grande fluxo migratório do interior paulista para a capital. Eram migrantes da classe operária do interior e classes médias urbanas oriundas do interior de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro e alguns estados nordestinos; e numa proporção menor da aristocracia cafeeira paulista que se mudou para a capital paulista. O efeito direto foi o comprometimento da cultura cafeeira, haja vista, que a mão-de-obra tornou-se escassa.

A decadência do café, arrefeceu a emigração estrangeira e os que já aqui se tinham fixado migraram para os centros urbanos paulistas onde a indústria ganhava uma crescente importância. A saída para a agricultura do Centro-Sul foi buscar a força de trabalho nacional, porém enquanto a economia do centro-sul crescia, o norte de Minas Gerais, grande parte da Bahia e estados do nordeste encontravam-se parados no tempo, pois as técnicas de cultivo eram obsoletas trazendo consigo elevadas taxas de crescimento demográfico, o que contribuía grandemente para aumentar a taxa de desemprego destas regiões.

Com a eclosão da segunda guerra mundial a economia brasileira eleva-se e, sobretudo, a indústria que proporcionava aumento das exportações de produtos como: borracha, café, minérios e outros de importância menor e diminuição das importações que incentivava o consumo de produtos da indústria nacional. O surgimento da CSN – Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, consolidou o processo por ser uma indústria de bens de capital.

A acomodação de investimentos no Centro-Sul, sobretudo nos estados de São Paulo e Guanabara – antiga capital da República- em detrimento de outros estados do país era fenomenal. De fato, em 1938 os dois estados anteriormente citados ocupavam 57,7% da produção industrial brasileira, que continuou a elevar-se até o final da década de 1970.

A associação deste fatores aliados a construção da nova capital federal- Brasília contribuíram para infligir um novo volume de migrações oriundas de Minas Gerais, Espírito Santo, Estados do Norte e Nordeste. Os elementos migrantes desta época eram basicamente formados por proletariados e das classes média rural e urbana das regiões de origem. Por fim a burguesia por ser menor e economicamente mais estável migrou em proporções menores.

3.4 Migrações Interestaduais: Uma análise dos últimos censos

Silva (2003), através de uma comparação entre os censos de 1950 e 2000 observa uma interessante constatação. Segundo este autor, a população migrante brasileira pesquisada pelo censo 2000 é cinco vezes a população do censo de 1950. Contudo, a taxa de crescimento do número total de migrantes vem caindo ao longo das últimas décadas,

embora continue representando parcela substancial da população brasileira residente, em valores absolutos. Nas palavras do autor:

“A taxa de crescimento do número de migrantes interestaduais entre os censos de 1950 e 1960 foi de aproximadamente 60%[...]. Este mesmo valor caiu para aproximadamente 50%, considerando as informações contidas nos censos de 1960 e 1970. Já no período de 1970-1980, este índice situou-se em torno de 47%. Este valor, hoje, está estabilizado em 20%, que corresponde à taxa de crescimento migratório absoluto dos períodos de 1980 a 1991 e 1991 a 2000.” (SILVA, 2003, p.383).

De acordo com o censo de 1950, os principais pólos de atração de migrantes são os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Goiás. O destaque está para o estado do Rio de Janeiro que na época de pesquisa teve suas informações agregadas ao antigo estado da Guanabara, onde se localizava a capital federal. De fato, os números atestam que mais de 46% dos emigrantes dirigiam-se para os estados do Rio de Janeiro e São Paulo; com a ressalva de não incluir o estado do Paraná, pois se o mesmo for levado em consideração este indicador subirá pra quase 65%, SILVA (2003).

No tocante aos pólos de expulsão o censo de 1950 destaca o estado de Minas Gerais com valores absolutos e relativos na ordem de 1.273.033 e 25,09%, respectivamente. Os seis estados do Nordeste mais bem ranqueados perfazem juntos mais de 30%, onde o Ceará em específico é o sexto respondendo com cerca de 141.681 emigrantes, ou seja, 2,79%, SILVA (2003).

O Censo de 1960 destaca que os principais pólos de atração estão representados pelos estados de São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, e Goiás, que juntos somam 65,73%. O destaque está para os três primeiros: São Paulo, 22,37%; Paraná, 20,49% e Rio de Janeiro, 16,52%. Com relação aos pólos de expulsão Minas Gerais em relação ao censo de 1950 confirma sua liderança com 1.967.586 de emigrantes, ou 24,04%; e os nove estados da região nordeste apresentaram em conjunto na ordem de 27,88%. O Ceará em especial subiu no ranking para terceira colocação, ou seja, 591.373 emigrantes, ou 7,23%, SILVA (2003).

No censo de 1970, os estados de São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro e Goiás elevaram sua participação de 65,73% para 67,9% entre os estados de maior atração de migrantes em relação ao censo de 1960. O destaque continua sendo São Paulo, 25,77%, Paraná, 19,94%, Rio de Janeiro, 16,20% e Goiás, 6,08%. Com relação aos pólos de expulsão, Minas Gerais,

25,86% continua líder em comparação ao censo de 1960; os estados do nordeste com destaque continuam sendo a Bahia, 10,31% e Pernambuco, 7,60% são os estados mais responsáveis por emigração de nordestinos. O Ceará, no entanto, tem sua participação, reduzida de 7,23% para 5,75% mantendo ainda sim, a posição de terceiro lugar em emigrantes, SILVA (2003).

O censo de 1980 apresenta resultados semelhantes em relação ao censo anterior, no que se refere aos estados de atração de migrantes. Contudo, observa-se um aumento na participação relativa do estado de São Paulo, de 25,77% para 33,99% e uma queda considerável de migrantes destinados ao Rio de Janeiro, de 16,20% para 13,93% e Paraná, de 19,94% para 11,34% e Goiás, de 6,08% para 4,91%, SILVA (2003).

No tocante aos pólos de expulsão, Minas Gerais ainda confirma sua posição de maior estado em termos de emigrantes, 22,01%. Os estados do nordeste com maior destaque são Bahia, 10,47% e Pernambuco, 8,3%. O estado do Ceará, (6,07%) mais uma vez confirma sua posição de terceiro colocado na participação relativa do percentual de emigrantes nordestinos, SILVA (2003).

Os dados do censo de 1991 apresentam surpresas e mudanças expressivas. De fato, os tradicionais pólos de atração continuam sendo dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Goiás, não apresentando portanto nenhuma novidade em relação ao censo anterior. Contudo, o Mato Grosso melhora sua classificação para sexto lugar como pólo de atração de migrantes, o que se confirma nos números: um acréscimo 2,59% para 4,25%. O estado de Rondônia também teve elevado seu grau de importância como pólo de atração. Os números mostram que de um percentual abaixo de um por cento, no censo de 1980, para 3,24% no censo de 1991, SILVA (2003).

Por fim, o censo de 2000, também apresentou resultados semelhantes em relação ao censo de 1991. Os principais pólos de destino e origem basicamente continuam sendo os mesmos. Os números atestam este fato; os pólos de atração como São Paulo, 33,84%, Rio de Janeiro, 9,50%, Paraná, 6,88% e Goiás, 4,96% ainda são os estados que apresentam um maior número de imigrantes. Os pólos de expulsão mostram que Minas Gerais ainda detém a posição de maior estado emigrante, apesar da redução de sua participação relativa, de 18,32% para 15,61% segundo o censo 2000. Quanto aos estados do nordeste: Bahia, 11,76%, Pernambuco, 8,09% ainda guardam suas posições como pólos de expulsão, haja

vista, suas elevadas participações relativas. O Ceará apresentou um pequeno decréscimo de 6,39% para 6,11%, porém ainda confirma sua posição de terceiro lugar no nordeste em termos de emigrantes.

3.5 O GTDN e sua relação com o binômio seca e migração

O documento do GTDN – Grupos de trabalho para o desenvolvimento para o Nordeste produzido em 1959 pelo professor acadêmico Celso Furtado, e um grupo de trabalho é o principal referencial de estudo sócio-econômico do Nordeste. Com uma visão voltada para uma política de crescimento para o nordeste o GTDN relata problemas e propostas, entretanto para trabalho terá o objetivo de mostrar a relação entre a débil estrutura da economia nordestina e as emigrações.

A estrutura econômica do semi-árido nordestino é constituído por um complexo de pecuária extensiva e agricultura de baixa produtividade. Para a classe mais humilde, notadamente, a trabalhadora a atividade principal é a agricultura. De forma antagônica, para a classe dos proprietários é a pecuária que possui maior relevância econômica. Numa propriedade típica, onde a criação de gado e a cultura de alguma xerófila, especialmente o algodão mocó) combinam-se com atividades para produzir a renda monetária. A agricultura porém, é o setor mais atingido pelo regime irregular das precipitações pluviométricas que determinam o fenômeno periódico das secas, REN (1987).

O GTDN descreve com uma exatidão incontestável o modelo de convivência com a seca onde a organização da produção nas zonas semi-áridas é uma das principais causas para se compreender a relação existente entre a seca e os movimentos migratórios, ou seja, a fuga do homem em busca de melhores condições onde a maioria das vezes os grandes fazendeiros tem a certeza de que as famílias permanecem dentro da propriedade, enquanto os chefes de família trabalham para o governo em frentes de serviço de cunho apenas assistencialista, REN (1987).

Diante de um panorama desanimador o trabalhador compreende que a natureza não pode lhe oferecer os viveres necessários para o mesmo e sua família. A saída encontrada é buscar outras alternativas de sobrevivência. Uma interessante passagem do GTDN descreve

a realidade grave que assola o agricultor e seus descendentes perante a fragilidade do binômio agricultura de subsistência-pecuária extensiva:

“Uma fração mínima da população poderá permanecer na fazenda, para cuidar do gado e das tarefas inadiáveis. Os demais vendem ao fazendeiro sua participação da colheita algodoeira e tratam de procurar em qualquer parte um meio de subsistência.”. REN, (1997., p.419, grifo nosso)

3.6 As secas: Conceito e histórico

A incidência das estiagens ou secas, como é comumente entendido, é um fenômeno físico-social. Possui seu aspecto físico quando está estreitamente ligado a realidade humana produzindo efeitos de grave ordem social.

A seca pode ser compreendida como um fator conjuntural. Mais especificamente, as estiagens levam a uma quebra de produção. Não obstante, quebra de produção não é fenômeno exclusivo das regiões subdesenvolvidas. Portanto, a característica marcante da seca nordestina é a sua configuração. O fenômeno da seca apresenta o quadro miserável latente no setor rural nordestino e em especial o cearense, (CASIMIRO&OLIVEIRA apud ALVES, 1993).

De forma complementar no sertão, a ocorrência da seca desaloja populações inteiras culminando na criação de frentes de serviço e/ou emergenciais, com o objetivo de fixar a população rural, paralisando de forma paliativa o fluxo migratório em direção aos centros urbanos. Vale ressaltar que tais ações emergenciais somente procuram mitigar a migração na época da seca e diminuir o sofrimento dos atingidos, contudo totalmente desvinculado em modificar as causas estruturais como: estrutura fundiária e relação de produção no setor rural, que transformam uma mudança climática em um grave problema social, (XAVIER apud ALVES, 1993).

No Ceará a história das secas é marcada por tragédias onde milhares de cearenses e pecuária foram exterminados de forma cíclica ao longo das décadas. Como o Ceará, segundo os registros históricos, sempre era tido como uma região atrasada a ruína provocada pela seca corroborava para o despovoamento ou grande redução demográfica, originada da emigração forçada ou a morte pela fome após elevados sofrimentos.

Sobrinho (1982), descreve em seu trabalho passagens impressionantes que ilustram o drama que tornou-se singular para a população cearense assolada pela seca de 1915, onde o destino era a cidade de fortaleza:

“O primeiro contingente de famintos veio de Iguatu num trem da estrada de ferro de Baturité, e trazia já emigrantes dos sertões paraibanos. A leva que chegava no trem de Iguatu fora aboletada sob as árvores do “Passeio Público”. Outro contingentes de famintos se seguiram continuamente e não tardou que aquele belo logradouro desta capital abrigasse cerca de 3000 forasteiros. Exorbitava e as condições sanitárias pioravam.” (SOBRINHO, 1982, p.24-25).

De acordo com Oliveira (1999), houve durante os cinco séculos a incidência de 41 secas no Nordeste com proporções e impactos variados, haja vista o efeito macabro que as fortes estiagens infligiam as populações nordestinas. Conforme o autor o mapa das secas pode ser distribuído da seguinte forma:

- a) 26 secas com duração de um ano;
- b) 05 secas com duração de 03 anos;
- c) 02 secas com duração de 05 anos;
- d) 07 secas com duração de 02 anos
- e) 02 secas com duração de 04 anos

4. MODELOS TEÓRICOS DE ALOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

Neste capítulo serão descritas os principais modelos teóricos de alocação da mão-de-obra do setor rural para o setor urbano. Os principais autores e linhas de pensamento que na visão deste autor foram extremamente relevantes para o alcance dos objetivos deste trabalho foram: Ravenstein, o modelo de Gustav Fei e John Fei, Jorgenson, Lewis Todaro, Sjaastad, Singer, Germani e Cepal serão detalhadamente descritos.

4.1 Leis da Migração

Apresentado em 17 de março de 1885, E. G. Ravenstein publicou seu célebre documento intitulado de Leis da Migração. Apesar das críticas de estudiosos do assunto, os trabalhos de Ravenstein resistiram ao tempo, sendo como importantíssimo instrumental para o ponto de partida de trabalhos concernentes ao estudo da migração. São elas:

Migração e Distância

a) "A grande maioria de nossos migrantes só se deslocam a curtas distâncias e os migrantes recenseados em um determinado centro de absorção [...] diminuem à medida que aumenta a distância desde o centro." (RAVENSTEIN apud MOURA, 1980, p.198-199).

b) "Em geral, os migrantes que se deslocam a longa distância, dirigem-se de preferência para um grande centro comercial ou industrial." (RAVENSTEIN apud MOURA, 1980, p.199).

Migração por Etapas

a) "Em conseqüência, ocorrem mudanças ou deslocamentos universais da população que produzem correntes migratórias que se orientam para os grandes centros comerciais e industriais absorvedores de migrantes." (RAVENSTEIN apud MOURA, 1980, p. 198).

b) As pessoas que residem em áreas nas cercanias de uma cidade que esteja rapidamente crescendo, deslocam-se para esta, sendo os vazios deixados pela população rural preenchidos por migrantes oriundos de distritos mais remotos, até que a força de atração de uma de nossas cidades em rápido crescimento passe a ser sentida gradativamente nos mais remotos pontos do reino. (RAVENSTEIN apud MOURA 1980, p.199).

c) "O processo de dispersão é o inverso do de atuação e apresenta características semelhantes." (RAVENSTEIN apud MOURA, 1980, p.199).

Fluxo e Refluxo

“Cada corrente migratória principal produz numa corrente inversa compensatória.” (RAVENSTEIN apud MOURA, 1980, p.199). Na terminologia moderna, as expressões fluxo e refluxo usadas por Ravenstein foram substituídas por corrente e contracorrente.

Diferenças Urbano-Rurais na Propensão a Migrar

“Os naturais das cidades migram menos do que os naturais das áreas rurais do país.” (RAVENSTEIN apud MOURA, 1980, p.199).

Predomínio das Mulheres entre os que migram a curtas distâncias

“As mulheres parecem predominar entre os migrantes que percorrem trajetos curtos.” (RAVENSTEIN apud MOURA, 1980, p.288).

Tecnologia e Migração

“As migrações aumentam? Acredito que sim! Onde foi possível comparar, verifiquei que o incremento dos meios de locomoção e o desenvolvimento da indústria e do comércio haviam contribuído para aumentar a migração.” (RAVENSTEIN apud MOURA, 1980, p.288).

Predomínio do Motivo Econômico

“Leis mais ou menos opressivas, tributação onerosa, clima insalubre, ambiente sócia e incompatível e, até mesmo, coerção (tráfico de escravos, deportação para colônias penais) produziram ea continuam a produzir correntes migratórias, conquanto nenhuma delas seja comparável em volume à que resulta do desejo inerente à maioria dos homens de melhorar sua situação material.” (RAVENSTEIN apud MOURA 1980, p.288).

4.2 A migração sob a perspectiva das escolas: Neoclássica versus Estruturalista

As escolas neoclássica e estruturalista desenvolveram conjuntamente uma variedade de trabalhos sobre a perspectiva da migração sob diversas facetas. Contudo, para alcançar o objetivo de nosso trabalho faz-se necessário a revisão geral de cada uma dessas duas teorias.

Para a compreensão da migração sob a perspectiva das escolas neoclássica e estruturalista, adotamos a literatura que, na proposição deste trabalho, pode representar com objetividade cada uma das duas escolas. Desta maneira, a escola estruturalista pode ser representada por exemplo por: Paul Singer e Germani. Os autores mencionados sintetizam como o sistema capitalista se desenvolveu nos países subdesenvolvidos, e quais suas

implicações diretas nos fluxos migratórios. No segundo plano, destacamos na escola neoclássica ou teoria do capital humano, os trabalhos de Michael P. Todaro e Larry A. Sjaastad que, embora não sejam os precursores desta escola, permite-nos discorrer de uma maneira geral sob a perspectiva da migração.

Todaro insere na sua análise uma variável probabilística, que está associado à possibilidade de se obter emprego urbano sob a ótica de planejamento do migrante. O modelo de Todaro concentra-se precisamente no conceito de renda permanente em detrimento dos salários vigentes. Por fim as conclusões de Todaro desenvolvidas por seu modelo, tornam seu trabalho um grande diferencial para o estudo das migrações concernente a esta escola.

De forma complementar, Sjaastad, relaciona de forma interessante a migração com a teoria do capital humano, haja vista que a análise é construída sobre a alocação de fatores e suas conseqüências através dos custos e retornos sociais e privados. Cavalcanti, (1978) descreve com exatidão uma interessante passagem acerca da Teoria Neoclássica sob o prisma da teoria do capital humano:

“Uma pessoa só investe em migração se, e somente se, o valor presente da diferencial do fluxo de benefício entre origem e destino for maior do que o custo fixo de migrar entre estas mesmas localidades. A diferencial do fluxo de salário tem sido constantemente interpretada com a mais relevante variável no tratamento das migrações.” (CAVALCANTI, 1978, p.25).

4.3 Escola Neoclássica

Segundo Sjaastad, a migração é vista como um mecanismo de equilíbrio dos desajustes que ocorrem numa economia em transformação. Ferreira (1986), em seu artigo define:

“Do seu ponto de vista, a questão fundamental está em tentar verificar se as magnitudes dos fluxos migratórios expressam eficiência adequada no sentido de corrigir as desigualdades de renda prevalecentes, desde que esses fluxos ocorram numa “ direção correta”. (FERREIRA, 1986, p.100).

Conforme Ferreira (1986), Sjaastad considera a mobilidade humana como sendo de magnitude não-desprezível, e onde se evidencia a disparidade de renda, e, desse modo, o estudo da migração apresenta duas importantes questões. A primeira questão trata da

direção e intensidade com que os migrantes se comportam aos diferenciais dos rendimentos do trabalho que prevalecem espacialmente.

O segundo aspecto faz a ligação existente entre a migração e os rendimentos, ou seja, até que ponto é efetivo o fenômeno migratório no tocante à equalização dos rendimentos inter-regionais prevalecentes nos rendimentos auferidos por unidades de trabalho com variáveis. Sjaastad, ressalta ainda que o segundo aspecto tem recebido escasso tratamento, haja vista sua dificuldade de análise, FERREIRA (1986).

Admitindo-se, assim, a expectativa verificada em estudos empíricos, observou-se que a migração líquida ocorre na direção “certa”, ou seja, para as maiores rendas (salários). Contudo, na concepção de Sjaastad, permanece o problema de se aferir a magnitude de quanto o volume migratório é suficiente para a equalização das taxas salariais, FERREIRA (1986).

Sjaastad sugere que a migração deve ser vista estritamente, sob o prisma do problema da alocação de recursos. Em outras palavras, a migração é tida como um “Investimento que incrementa a produtividade do recurso humano”, ou seja, como todo investimento produz custos, também apresenta retornos, FERREIRA (1986).

Os custos privados segundo Sjaastad dividem-se em custos monetários e não monetários, onde os últimos possuem uma atenção maior, fugindo do lugar comum de considerar custos de transporte, custos marginais de Kilômetros percorridos, custos com família, sem família e outros, TONIATTI (1976).

Com relação aos custos não-monetários, Sjaastad enfoca os “Custos de Oportunidade”, ou em outras palavras os rendimentos não ganhos durante viagens, procura de trabalho e treinamento específico para se qualificar para novas ocupações. Toniatti, (1976). Conforme Sjaastad, os custos de oportunidade ou custos implícitos traduzem por ganhos reduzidos, de se escolher o fluxo esperado de ganhos apropriados (depois da migração), comparado com o fluxo esperado de rendimentos se não houvesse ocorrido a migração, poder-se-ia ter uma aproximação deste custos, TONIATTI, (1976).

A análise de Sjaastad se estende também a outro custo, mais especificamente o “Custo Psíquico”. Apesar de não mensurável, conforme ele, em termos de custo monetário que afete a migração, afetando todavia a migração em si, TONIATTI (1976).

A limitação existente segundo o autor, é a seguinte: Na medida em que parte dos diferenciais de renda existentes representam “Gastos”, a taxa de retorno dos recursos alocados em migração é viesada. A solução parcial proposta por Sjaastad é considerar somente as pessoas para as quais o custo marginal psíquico é zero, TONIATTI (1976).

De forma semelhante aos custos, Sjaastad divide os retornos em monetários e não monetários. Do ponto de vista monetário, os retornos são decorrentes de um incremento positivo ou negativo no fluxo de renda do migrante, oriundo em função do seu deslocamento espacial. Este mesmo incremento pode ser intensificado através de uma variação nos ganhos nominais, nos custos de emprego, dos preços, ou ainda de uma combinação dos três. De forma complementar, os retornos são conceituados não só a partir do diferencial de salários, mas também aqueles retornos oriundos em função do acréscimo da capacidade de consumo do migrante, TONIATTI (1976).

No tocante aos retornos não monetários, tais como os custos psicológicos, Sjaastad procura estabelecer diferenças entre preferências locacionais que não introduzem vieses no cálculo da “renda pura”, por não se constituírem em custos de emprego daqueles decorrentes dos aumentos de produtividade, FERREIRA (1986).

Com referência aos retornos monetários, Sjaastad considera de forma primordial que os diferenciais de remuneração interesaciais não se concretizam em desequilíbrio no mercado de trabalho. A divergência da taxa salarial é, efetivamente originada da composição ocupacional da mão-de-obra, ou, em outras palavras, do nível de treinamento e/ou especialização. Desta forma como o retorno monetário pode se elevar com o nível de treinamento e/ou especialização, o problema de estimar tal retorno torna-se muito complexo. A partir das deficiências de se aferir os retornos monetários, utiliza-se o conceito de capital humano que incluem a migração, o treinamento e a experiência como investimento no agente humano, FERREIRA (1986).

Em resumo, Sjaastad na sua análise tenta justificar a hipótese de que os retornos não-monetários podem ser desprezados, haja vista que podem ser vistos como consumo cujo custo de produção é nulo, e por conseqüência não alteram a relação valor da produtividade marginal iguala ao custo marginal promovendo assim, uma alocação ótima de recursos. Desta maneira os diferenciais de salários seriam explicados sobretudo através dos diferenciais de produtividade e não pela escolha locacional, FERREIRA (1986).

A aceitação dos custos e retornos sociais advindos da migração tem sua origem nas externalidades, imperfeições de mercados e certos aspectos institucionais. A problemática identificada está afetada em maior proporção pelos custos e retornos oriundos da migração, que acarretariam diferenças entre os custos privados e sociais. A solução estaria em analisar até que ponto a migração influenciaria, ou seria influenciada, pela estrutura globalizada da economia no tocante, em específico, à estrutura de mercado, à mobilidade dos fatores de produção, bem como certos aspectos institucionais, tais como políticas dos governos em suas várias esferas, FERREIRA (1986).

Admitindo-se que o modelo de Todaro é originado da formulação de Lewis¹, é relevante uma pequena descrição deste último autor. Segundo, Todaro, (1981) Lewis elaborou um modelo dualista de desenvolvimento para as economias subdesenvolvidas que eram constituídas por dois setores: 1) setor agrícola de subsistência – setor tradicional, caracterizado por um “excedente” de mão-de-obra com produtividade nula ou muito baixa; 2) setor industrial urbano – setor moderno com produtividade elevada, onde é absorvido uma gradual transferência de mão-de-obra do setor de subsistência. O aspecto relevante do modelo envolve duas vertentes, ou seja, o processo de transferência de mão-de-obra e crescimento do emprego no setor moderno. Estas vertentes são oriundas da expansão do setor moderno. A velocidade com que ocorrem depende da taxa de investimento ou acumulação de capital no setor. Tal investimento torna-se viável pelo excesso de lucros sobre os salários no setor moderno, na hipótese de que os “capitalistas” sempre reapliquem todos os lucros. Por fim, o nível de salário no setor moderno é hipoteticamente constante e é determinado por um adicional fixo sobre os níveis salariais de subsistência do setor tradicional. Segundo, Lewis os salários urbanos teriam que ser pelo menos 30% mais elevados do que a renda média rural, para incentivar os trabalhadores a migrarem de suas áreas nativas. Independente do valor deste adicional a esse salário urbano constante, a oferta de mão-de-obra rural é considerada como sendo perfeitamente elástica, TODARO, (1981).

Após esta breve descrição do modelo de Lewis, passemos definitivamente para o modelo de Michael Todaro. A variável relevante nos estudos de Todaro é o salário, ou seja,

¹ Lewis, William Artur. Economista inglês (1915-1991), especializado em modelos de desenvolvimento, com ênfase no papel dos setores não-capitalistas e da agricultura.

os diferenciais de renda urbana/rural. Porém, o autor introduz a variável probabilidade de encontrar um emprego urbano que por sua vez possibilita uma análise mais completa do problema da migração, TONIATTI, (1976).

Todaro (1976), pressupõe que o movimento migratório ocorre muito mais em resposta a uma diferença favorável na remuneração esperada do que na remuneração real, por se trocar o emprego rural pelo urbano. Nas palavras de Todaro, (1976):

“A premissa básica é que os migrantes avaliam as várias oportunidades que lhes são abertas no mercado de trabalho, tais como entre o setor rural e o urbano, e escolhem a que maximiza os ganhos “esperados” com a migração. Estes ganhos são medidos, primeiro, pela diferença em renda real entre o trabalhador rural e o urbano e, segundo, pela probabilidade de um novo migrante obter emprego urbano.” (TODARO, 1976, p.326).

Segundo Toniatti (1976), as suposições que Todaro tece em seu modelo, são as seguintes: 1) A mudança na percentagem de forças de trabalho como resultado de uma migração em determinado período é governada pelo diferencial entre os fluxos de renda real urbana versus rural esperada, expressa como uma percentagem do fluxo descontado de renda rural esperada; 2) O horizonte de planejamento para cada trabalhador é idêntico; 3) Os custos fixos de migração são idênticos; 4) O fator de desconto é constante ao longo do horizonte de planejamento, e igual para todos.

Pelas passagens anteriores verifica-se que Todaro trabalha com um modelo que ao longo de sua construção possui uma série de premissas do modelo de concorrência perfeita.

Conforme Toniatti (1976), uma das principais observações de Todaro, onde está inserida a variável probabilística, é que mesmo que a renda real líquida urbana seja maior do que a renda real rural líquida, a renda urbana “esperada” varia diretamente com a probabilidade de ter um emprego urbano, ou em termos matemáticos:

$$Y_u(t) - Y_r(t) > 0$$

$$P(t)Y_u(t) - Y_r(t) > 0$$

Onde:

$Y_u(t)$ é a renda real líquida urbana no período t .

$Y_r(t)$ é a renda real líquida rural no período t .

$P(t)$ é a probabilidade de ter um emprego no setor urbano no período t .

Contudo, não é afirmado que a existência do segundo caso possua um efeito de “não migrar” sobre o campo, haja vista que a decisão final, de acordo com Todaro, se dá a partir de uma avaliação do valor presente da renda real líquida urbana esperada versus valor presente da renda real líquida rural esperada, TODARO, (1981).

No tocante a este trabalho não iremos nos ater a complexidade do modelo de Todaro, mas sim a uma série de conclusões que são o âmago mais relevante de seu modelo.

Conforme Ferreira (1986), o modelo de Todaro conclui, essencialmente, que nem uma política de subsídio salarial, com o intuito de ajustar o “preço sombra” da força de trabalho, nem tampouco uma política de restrição às migrações implementadas isoladamente possui a eficácia de se atenuar, ou eliminar o problema do desemprego. Isso, basicamente, devido a que o nível de salário mínimo aparece com duas determinações fundamentais: a) Por um lado, determina o nível de emprego industrial e b) Contribui para influenciar a alocação do emprego entre os setores rural e urbano.

A solução proposta por Todaro é a combinação das duas políticas que possam culminar em uma espécie de subsídio salarial que permitirá o crescimento do emprego industrial, onde desta forma, se poderá atingir o pleno emprego, ou seja, os produtos marginais do trabalho do setor rural e urbano sejam iguais. E por fim, o subsídio ao salário mínimo deve ser igual à diferença entre os mesmo e a produtividade marginal. FERREIRA (1986).

Todaro também faz uma consideração de ordem prática no tocante de que o governo pode não dispor de uma estrutura tributária que permita, sem distorções, arrecadar o necessário para fazer frente a essas compensações. Desta maneira a sugestão é que uma alteração do salário mínimo seja o mais adequado possível para evitar incorrer nos problemas decorrentes de uma tributação distorsiva, FERREIRA (1986).

4.4 Escola Estruturalista

A abordagem fundamental desta escola é a evolução histórico-estrutural do sistema. Em específico trata das relações sócio-econômicas inerentes ao processo de acumulação nos locais de origem e destino, que produzem os fatores de expulsão e atração. Ademais é imprescindível analisar as inter-relações existentes entre a industrialização e a urbanização,

bem como suas conseqüências sobre as condições de vida da força de trabalho, comum, em economias subdesenvolvidas. Tal escola de pensamento denomina-se Estruturalista. FERREIRA (1986).

De maneira semelhante, Speridião Faissol apud Cavalcanti (1978), consideram migrações internas como parte essencial do processo de desenvolvimento constituindo um sistema regulador de desequilíbrios regionais, e por representar a peça mais importante do processo de transformação estrutural de uma sociedade.

Sob a perspectiva apresentada, a migração é compreendida como um instrumento inerente ao processo de industrialização. Haja vista que a industrialização consiste na mudança das técnicas de produção, e isto provoca efeitos diretos na divisão social do trabalho. Contudo, o processo de industrialização somente ocorre de maneira a beneficiar efetivamente uma economia quando há uma reestruturação econômica, política e social.

Os arranjos institucionais que permitem o processo de industrialização, de um lado aceleram a acumulação de capital, do outro, canalizam o excedente acumulado às empresas que incorporam os novos métodos industriais de produção e além disso, (SINGER, p.27 apud CAVALCANTI, 1978)

[...] os arranjos institucionais que influem sobre os preços relativos que tem por fim tornar empresas industriais lucrativas, aumentando sua participação na renda. Mas deste modo se favorece também a concentração do capital, pois as mesmas medidas institucionais debilitam as atividades não favorecidas (SINGER, 1973, apud CAVALCANTI, 1978, p.27).

A elevação do processo de acumulação do capital abre as condições para que empresas maiores absorvam empresas de médio e pequeno porte nos momentos de baixa conjuntura econômica.

Este é um processo cíclico presente em economias capitalistas que favorece o esvaziamento de algumas regiões, culminando em desequilíbrios espaciais. Desta forma, as regiões que foram favorecidas transformam-se em pólos de atração dos contingentes populacionais mais próximos, redundando na transformação destas áreas num mercado consumidor de bens e serviços, e por fim na concentração as atividades que tendem a se acentuar mais nestas áreas, CAVALCANTI (1978).

No livro "Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas" Myrdal relata sobre os processos de desequilíbrios auto-alimentadores, decorrentes do crescimento econômico nos países ou áreas subdesenvolvidas. A hipótese levantada pelo autor, é a existência de uma

causação circular, de natureza acumulativa, que se agrega ao mecanismo do crescimento econômico, tanto em áreas de expansão ou estagnação. MYRDAL apud FERREIRA, (1986).

Ferreira (1986), descreve, numa interessante passagem, os efeitos de regressão ou atração que influenciam as desigualdades regionais, e onde as migrações internas se manifestam, atraindo uma imigração de várias partes do país.

“Uma expansão em determinada área via, por exemplo, a acumulação industrial provoca “efeitos regressivos” (backwash effects) em outras, na ausência de mecanismos institucionais compensadores ou mesmo de complementaridade econômica econômica produtiva. Essa expansão, por seu turno engendra novas expansões, a nível interno tanto da área quanto das áreas de complementaridade potencial. Desse modo, sedimentam-se “efeitos propulsores” (spread effects) que também tem características de causação cumulativa circular. A migração interna verifica-se nesse contexto de exacerbação dos “efeitos regressivos”, numa área, em contraposição aos efeitos propulsores”, noutras. Como manifesta Myrdal, “ as localidades e regiões, onde a atividade econômica se está expandindo, atraindo imigração em massa de outras partes do país.” (FERREIRA, 1986, p.108).

O descompasso criado pelas regiões favorecidas que não cessam de acumular capital, em oposição às áreas menos favorecidas levam as populações ao empobrecimento relativo, ou seja, a diminuição das oportunidades econômicas quase que de forma absoluta. MYRDAL apud CAVALCANTI, (1978).

A problemática dos movimentos migratórios está ligado intrinsecamente com a questão da urbanização no contexto das assincronias internas que produzem os fatores de expulsão e atração. Admite-se que nos países subdesenvolvidos, existe uma “Superurbanização”, ou em outras palavras, uma urbanização patológica, no sentido de que o nível de urbanização dos países menos desenvolvidos é, atualmente maior do que se poderia esperar, tendo-se em vista seu grau de desenvolvimento econômico. Em comparação como o nível de urbanização que possuíam os países atualmente mais avançados em consonância com um grau semelhante de desenvolvimento. O efeito direto é uma marginalização (política, social e econômica) cada vez maior de segmentos populacionais urbanos, em especial dos migrantes internos, FERREIRA, (1986).

Conforme Ferreira, (1986), Germani, atribui ao processo de organização como um fenômeno complexo relacionado intrinsecamente às situações de dependência que, dentre vários aspectos, considera a migração como uma das mais importantes, não somente porque a maioria da população urbana é oriunda de movimentos populacionais, mas também pelo

fato de que a própria migração, como processo social, é uma expressão das modificações básicas que estão mudando o mundo, transformando o planeta de aldeias e desertos em um planeta de cidades e metrópoles, FERREIRA, (1986).

Segundo o mesmo autor, três aspectos são enfocados para o entendimento do fenômeno migratório: a) A decisão de migrar; b) A translação efetiva; e c) Aculturação na sociedade urbana dos migrantes. Os movimentos migratórios são, portanto, resultado dos fatores de expulsão, existentes no local de origem, e os fatores de atração, FERREIRA, (1986).

Conforme Singer (1978), um espaço geográfico qualquer apresenta áreas com função de atração e áreas que servem de expulsão. Porém, isto não significa que estas áreas apresentam movimentos migratórios unidirecionais. Os efeitos de atração constituem-se, de oportunidades sócio-econômicas nas áreas de destino induzidas pelo desenvolvimento econômico de suas atividades.

Singer (1973), define que entre os fatores de atração, o mais relevante é a demanda por força de trabalho, compreendida não somente como produzida pelas empresas industriais, mas também do resultado do aumento do volume de serviços, tanto empregados pelas empresas capitalistas quanto pelas empresas do setor público e por indivíduos autônomos. Segundo o mesmo autor, esta demanda por força de trabalho proporciona “oportunidades econômicas”, que se traduzem em um fator de atração, pois oferecem uma remuneração maior do que nas áreas de origem do migrante.

No tocante aos fatores de mudança, Singer (1973), afirma que os fatores de mudança que redundam nas migrações são constituídos por dois motivos: a) Fatores de Expulsão – são produzidos pela introdução de relações de produção capitalistas nas áreas rurais, que forcem a expropriação de camponeses, expulsão de agregados, parceiros e agricultores não proprietários, com o objetivo único de aumentar a produtividade do trabalho e por conseqüência diminuir o nível de emprego; b) Fatores de Estagnação–É a pressão exercida do crescimento demográfico sobre a oferta de terras cultiváveis que pode ser limitada, ora pela insuficiência física de terra aproveitável, ora pelo grande latifúndio.

Singer (1973), atribui uma oposição ao aspecto econômico dos fatores de mudança e estagnação. O primeiro como é oriundo do processo de industrialização exerce sobre a agricultura alterações de ordem técnica que aumentam a produtividade do trabalho. O

segundo refere-se à incapacidade dos produtores de uma economia de subsistência de aumentarem a produtividade agrícola. Nas palavras de Singer, (1973):

“Os fatores de mudança provocam um fluxo maciço de emigração que tem por consequência reduzir o tamanho absoluto da população rural. Os fatores de estagnação levam a emigração de parte ou da totalidade do acréscimo populacional devido ao crescimento vegetativo da população rural, cujo tamanho absoluto mantém estagnado ou cresce vagarosamente.” (SINGER, 1973, p.38).

De acordo com Cavalcanti (1978), Singer (1973) admite de forma inquestionável a existência de uma estreita relação entre as áreas de expulsão e atração. Os fatores de expulsão por sua natureza são responsáveis pelo surgimento das áreas de origem, contudo são os fatores de atração que efetivamente determinam a direção dos fluxos migratórios nas áreas de destino.

4.5 A Cepal e o dualismo dinâmico

A CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina, órgão regional ligado a Organização das Nações Unidas - ONU foi criado em 1948 com o intuito de produzir estudos e alternativas para o desenvolvimento dos países latino-americanos. A teoria da CEPAL desenvolvida por Raul Prebisch representou um novo caminho para romper com a antiga teoria econômica ortodoxa que segundo Prebisch não ofereceria uma interpretação satisfatória para o desenvolvimento econômico das economias periféricas.

Segundo, Sandroni (1996), um dos principais pontos teóricos da CEPAL foi a construção do chamado modelo de desenvolvimento dual, que defende a manutenção das atividades econômicas tradicionais ao lado do setor moderno da economia, representado pelas grandes indústrias. Desta maneira, seria possível manter os níveis de emprego por meio de grande absorção de mão-de-obra no setor tradicional ou de subsistência, e gradualmente, realizar investimentos no setor moderno da economia, colaborando para o processo de industrialização.

Conforme Sandroni (1996) Prebisch afirma que as economias dos países periféricos, especializadas em produtos primários, tenderiam a perpetuar-se em um atraso econômico, se fossem adotadas as políticas econômicas ortodoxas. A sugestão para superar este atraso seria um novo redimensionamento do papel do estado que implementando um novo padrão

de crescimento econômico, alicerçado no planejamento e protecionismo, incentivando um processo de industrialização rápido e eficiente, com alternativa impar para melhorar o padrão de vida das populações destes países periféricos, SANDRONI (1996)

Contudo, para o objetivo deste trabalho não nos interessa entrar nos pormenores da Teoria Cepalina, mas sim buscar na economia dual citada pelos teóricos cepalinos a explicação dos movimentos populacionais de um setor tradicional para o setor moderno. Os modelos dinâmicos da economia dual, ao contrário do modelo de economia dual estático demonstram a forte interação entre o setor agrícola ou tradicional, e o setor industrial ou moderno. Estes setores quando interagem entre si, colaboram para o desenvolvimento do país, contudo aguça a subserviência da mão-de-obra agrícola aos interesses do setor industrial durante os estádios iniciais de desenvolvimento.

O modelo de Fei e Ranis caracteriza o setor de subsistência ou tradicional com as seguintes hipóteses: a) Admite-se a existência do desemprego disfarçado e subemprego (atividades informais); b) a taxa salarial é positiva, institucionalmente influenciada pela mão-de-obra agrícola, que se aproxima da produtividade medi da mão-de-obra no setor de subsistência; c) a produtividade marginal ou adicional da mão-de-obra é mais baixa do que o salário; e d) a oferta de terra é fixa. Segundo Fei e Ranis, tais hipóteses contribuem para explicar a possibilidade de transferência da mão-de-obra do setor tradicional ou de subsistência para o setor moderno ou comercial-industrial, sem diminuir a produção agrícola e nem de elevar o preço da oferta de mão-de-obra do setor moderno, durante os estádios iniciais de desenvolvimento.

O cerne da teoria de Fei e Ranis é a existência de uma subjunção do setor agrícola em relação ao setor industrial, pois o primeiro contribui com excedentes de mão-de-obra e de produtividade que irão incrementar a expansão do setor industrial, ou, em outras palavras, a alocação de um trabalhador de subsistência para o setor moderno provoca a formação de um fundo de investimento para o desenvolvimento industrial. Por fim Fei e Ranis também admitem que a existência de excedentes agrícolas adicionais é resultado de incrementos de produtividade, em decorrência da aplicação de capital intensivo de mão-de-obra.

Os pontos críticos de desenvolvimento da economia dual sob a perspectiva do modelo de Fei e Ranis são dois: 1) Ponto de Escassez e 2) Ponto de Comercialização. O primeiro destaca tal fragilidade quando o valor do produto marginal ou adicional do trabalhador rural

se torna positivo ou acima de zero. A referência a expressão “ponto de escassez” é resultado da transferência de um trabalhador do setor tradicional para o setor moderno ou comercial-industrial que não libera um “fundo salarial” suficientemente grande para cobrir seu consumo no setor moderno. A consequência é uma deterioração nos termos de troca para o setor moderno, que somente pode ser compensada por uma elevação de produtividade no setor agrícola ou por uma desaceleração do crescimento no setor moderno.

O segundo ponto crítico denominado “ponto de comercialização”, existe quando o valor do produto marginal da mão-de-obra supera a taxa salarial determinada institucionalmente pelo setor agrícola. Neste ponto crítico é necessário um aumento no salário do setor industrial, com o intuito de que o setor industrial-comercial possa competir conjuntamente com o setor de subsistência pela aquisição da mão-de-obra.

Outro modelo que merece as devidas considerações é o de Jorgenson. Para este teórico no modelo de economia dual são suprimidas as hipóteses de: a) a produtividade marginal da mão-de-obra ser nula; b) o salário é determinado institucionalmente pelo setor de subsistência. Segundo o mesmo, os níveis salariais são fixados num mercado intersetorial, mesmo na ocorrência dos estádios iniciais de desenvolvimento. A consequência deste fato, é que a mão-de-obra nunca está disponível para o setor moderno, sem diminuir a produção agrícola. As relações de troca intensificam-se a favor do setor moderno ou industrial, durante todo o processo de desenvolvimento.

A produção dos excedentes agrícolas para Jorgenson depende fundamentalmente de três parâmetros: a) Taxa de progresso técnico na agricultura; b) Taxa de crescimento da população e c) Elasticidade de produção no setor agrícola em relação às alterações da mão-de-obra no setor. Numa economia caracterizada por baixo nível de renda, é plausível mudanças a partir: a) Do aumento da velocidade de introdução de novas tecnologias na produção agrícola; e b) Evolução dos conhecimentos e das práticas médicas, que reduzam a taxa de natalidade mais rápida do que a da mortalidade. Ressalte-se também que no modelo de Jorgenson, as alterações de cunho tecnológico precisam ser inseridas no setor agrícola desde o começo do crescimento.

5 METODOLOGIA

Para a concretização deste estudo utilizou-se dados secundários do IBGE através de duas publicações: PNAD– Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio, PAM– Produção Agrícola Municipal.e Funceme–Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos que, conjuntamente contribuíram para as análises estatísticas concernentes com os objetivos propostos no trabalho.

A primeira fonte de dados levantados nas PNADs foi acerca das emigrações cearense (Y) ao longo do período de 1991 a 2003, exceto 1994 e 2000. Para tornar a série contínua, interpolaram-se os valores entre os anos que dispunham-se de informações. O procedimento utilizado nestes casos foi estimar as taxas de crescimento discretas entre dois períodos consecutivos. Assim, teve-se que proceder as interpolações para o ano de 1994, as estimativas foram obtidas com base na taxa geométrica de crescimento estimada entre os anos de 1993 e 1995. Para o ano de 2000 o valor interpolado foi estimado com base nos valores de 1999 e 2001.

A equação utilizada para estas estimativas foi a seguinte:

$$V_n = V_0(1 + R)^T ;$$

sendo V_n o valor final e V_0 o valor inicial da emigração cearense; R a taxa geométrica de crescimento discreta; e T o lapso de tempo em que a taxa é estimada. Diante disto, a metodologia adotada, foi submeter diferença entre o total de emigrantes cearenses e a população total do estado do Ceará no período de 1991-2003. O resultado final foi o total de emigrantes cearenses que emigraram para outros estados da federação e país estrangeiro. São eles: Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Tocantins, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal e Pais estrangeiro. Desta maneira assumi-se que a maior parte destas emigrações cearenses é oriunda do meio rural

Também nas PNADs coletou-se dados concernentes ao desemprego, ou em específico o número de pessoas desocupadas ou desempregadas (X_1) por sexo e ramos de atividade. Na mesma publicação obteve-se dados relativos a TPR - Total da população com renda até 02 salários mínimos (X_2).

Para a variável área colhida total (X_3) foram consideradas três culturas temporárias: Feijão, Milho e Mandioca, pois são mais suscetíveis aos efeitos da seca, e que portanto poderia influenciar sobremaneira as emigrações cearenses. A pluviometria total (X_4) foi obtida para o período compreendido entre 01 de janeiro até 31 de dezembro desde os anos de 1991 a 2003.

A partir do coeficiente de Pearson construiu-se a matriz de correlação inicial para verificar a força ou grau de relacionamento entre as variáveis múltiplas, ou em outras palavras aferir o grau ou força entre a variável dependente emigração cearense e as variáveis explicativas a seguir: desemprego; número de pessoas com renda até dois salários mínimos; área colhida total e pluviometria total do Ceará.

A fórmula a seguir caracteriza o coeficiente de Pearson:

$$r_{xy} = \frac{\text{COV}_{xy}}{\sigma_x \cdot \sigma_y}$$

onde:

cov_{xy} é a covariância entre as variáveis x e y ;

σ_x é o desvio padrão da variável x ;

σ_y é o desvio padrão da variável y

As hipóteses são:

- a) Tanto x como y são variáveis aleatórias contínuas;
- b) A distribuição de valores dos pares (x,y) é normal. É o que se chama distribuição normal bivariada.

O coeficiente de correlação de Pearson tem duas propriedades. A primeira diz respeito ao seu sinal que pode ser positivo ou negativo. O sinal é idêntico ao coeficiente angular de uma reta imaginária que se “ajustasse” aos dados caso fosse traçada num diagrama de dispersão. A segunda é a magnitude de r que indica a proximidade dos pontos individuais em relação à “reta”. Os valores de r próximos de -1 ou $+1$ mostram que os

valores estão muito próximos da reta, ou até mesmo sobre a reta, ao contrário, os valores mais próximos de 0 sugerem maior dispersão.

O segundo passo da análise foi aferir a relação existente entre a variável dependente emigração cearense (Y) e as variáveis independentes: número de pessoas desocupadas por sexo e ramos de atividade (X_1); Total de pessoas com renda até dois salários mínimos (X_2) e pluviometria (X_3).

Diante das identificações das variáveis acima foi desenvolvido um estudo dos fatores determinantes das emigrações no Ceará, onde foi estimado um modelo de regressão pelo MQO (Mínimos Quadrados Ordinários)⁽²⁾.

Para a determinação do comportamento de crescimento da emigração cearense (Y), e as variáveis desemprego (X_1) e TPR (X_2) foi utilizado um modelo log-linear. Este método permitirá estimar o comportamento do valor médio da variável dependente Y em termos de variação percentual das variáveis independentes: Desemprego e TPR e Pluviometria.

a) Formalizando o modelo matemático:

$$\text{Ln}Y = \beta_0 + \beta_1 \text{Ln}X_1 + \beta_2 \text{Ln}X_2 + \mu_t$$

onde: (μ_t) constitui o termo aleatório, que por hipótese atende aos pressupostos do modelo linear clássico.

O terceiro passo foi aferir o comportamento da evolução temporal das variáveis emigração, TPR e desemprego ao longo do período de tempo adotado. A estimação das taxas geométricas de crescimento permitiu obter um indicador que serviu como parâmetro de crescimento destas variáveis ao longo do período de tempo adotado, 1991 a 2003.

⁽²⁾ Os pressupostos do Modelo Clássico são: 1) μ_t tem distribuição normal; 2) $E(\mu_t)=0$; há homocedasticidade, ou seja, a variância dos erros é constante; 3) Não há auto-correlação serial dos resíduos; 4) Não há multicolinearidade entre as variáveis independentes e; 5) as variáveis independentes são não estocásticas com valores fixados em amostras repetidas. GUJARATI, (2000)

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes de demonstrar os resultados da matriz de correlação de Pearson os dados foram logaritimizados e estão apresentados na TABELA 01, onde podemos observar que existe um alto grau de correlação da variável emigração e entre a variáveis desemprego, $r= 0,950$ e TPR, $r=0,8420$. De fato, os números mostram que o número de pessoas desempregadas no Ceará e com renda até 02 salários mínimos são variáveis bastante suscetíveis para influenciar os movimentos de emigração dos cearenses para outros estados da federação e país estrangeiro. Estas últimas variáveis apresentaram entre si o valor de $r=0,821$ o que é um resultado esperado dado a forte correlação das variáveis desemprego e TPR. No tocante as outras duas variáveis, área colhida total e pluviometria total seus coeficientes foram $r=0,320$ e $r=0,187$, respectivamente, e indicam uma fraca relação com as emigrações cearenses.

TABELA 01. Matriz de correlação Inicial (Coeficiente de Pearson)

	Emigração	Área Colhida Total	⁽¹⁾ TPR	Desemprego	Pluviometria Total
Emigração	1,000				
Area Colhida Total	0,320	1,000			
⁽¹⁾ TPR	0,842	0,221	1,000		
Desemprego	0,950	0,297	0,821	1,000	
Pluviometria Total	0,187	0,755	0,062	0,160	1,000

FONTE: Dados da Pesquisa

Nota: (1) Total das pessoas com renda até 02 salários mínimos

6.1 Análise da Equação Estrutural Emigração Cearense

A análise de regressão apresentou os seguintes resultados na TABELA 02

TABELA 02 – Coeficientes da equação emigração cearense estimada no Ceará, no período de 1991 a 2003.

Variáveis	Estimativa	Erro-Padrão	t-student	Probrabilidade
LnTPR ⁽¹⁾	0,394	0,299	1,316	0,221
LnDESE	0,396	0,094	4,212	0,002
LnPLUVI	0,001	0,047	0,023	0,982
R^2	0,952			
F	29,189			

FONTE: Dados da Pesquisa

NOTA: TPR – Total da população com renda até 02 salários mínimos.

O coeficiente de regressão parcial 0,394 estimado significa que, mantendo constante as variáveis desemprego, e a pluviometria a taxa de emigração cearense cresceu em média 0,394% para cada ponto percentual de aumento da variável TPR durante o período de 1991-2003. Do mesmo modo, mantendo constante a variável TPR e pluviometria o valor do coeficiente 0,396 implica que, no mesmo período, a taxa de emigração cearense aumentou 0,396% para cada ponto percentual de aumento do desemprego. Finalmente, o coeficiente de regressão da variável parcial 0,001 significa que, mantendo constante as variáveis TPR e desemprego a taxa de emigração cearense cresceu 0,001% para cada ponto percentual da variável pluviometria. O valor do $R^2=0,907$ demonstrou que as variáveis explicativas respondem por 90,7% da variação da taxa de emigração cearense. A análise de variância demonstrou ser significativa onde a estatística F apresentou um valor igual a 29,189.

Os resultados apresentados na regressão acima atestam que as variáveis TPR – Total da população com renda até 02 salários mínimos e desemprego foram responsáveis pela taxa de emigração cearense no período de 1991 a 2003. A variável pluviometria por sua vez através do modelo de regressão log-linear não pode ser considerada uma variável explicativa relevante para o modelo, haja vista, o seu nível de significância.

Os estimadores calculados reforçam a tese, de que as emigrações cearenses no período de 1991 a 2003 foi extremamente suscetível as variações da TPR – Total da

população com renda até 02 salários mínimos e desemprego. Como o Ceará é marcado por fracos indicadores do IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, admite-se que este estado ainda figura como grande estado exportador de mão-de-obra, fato este que pode também pode evidenciado historicamente nos censos compreendidos entre 1950 a 2000.

6.2 Equações de Tendência para a Emigração Cearense, TPR e Desemprego

A TABELA 03 analisa a evolução da taxa geométrica de crescimento das emigrações cearenses. O valor do coeficiente 0,03132 implica que no período de tempo adotado, ou seja, 1991-2003 a variável emigração cearense cresceu 3,132%, uma estatística que pode ser considerada altíssima, para os padrões brasileiros confirmando a hipótese principal de que, os emigrantes cearenses continuam emigrando para outras unidades da federação e país estrangeiro independente da ocorrência de seca. O valor do $R^2=0,934$ significa que o período de tempo adotado foi uma variável explicativa, que respondeu pôr aproximadamente 93,4% da variação na taxa de emigração cearense. A análise de variância (ANOVA) demonstrou-se altamente significativo, onde a estatística F apresentou um valor igual a 74,680.

TABELA 03–Resultado das equações de tendência para a emigração, desemprego, e renda estimada no Ceará, no período de 1991 a 2003.

Variáveis	Estimativa	Erro-padrão	t-student	Prob	R ²	F
Emigração	0,03132	0,004	8,642	0,000	0,934	74,680
Desemprego	0,06080	0,007	9,158	0,000	0,940	83,871
⁽¹⁾ TPR	0,01535	0,004	4,289	0,001	0,791	18,392

FONTE: Dados da Pesquisa

Nota: (1) Total da população com renda até 02 salários mínimos

Com referência a evolução da taxa geométrica da TPR - Total da população com renda até 02 salários mínimos.ver TABELA 03 O valor do coeficiente 0,01535 implica que no período de tempo adotado, ou seja, 1991-2003 a variável TPR relativa ao total de cearenses com renda até dois salários mínimos cresceu 1,535%, um percentual que mostra que no período de tempo analisado muitos cearenses destituídos de renda e que obtiveram

uma renda até 02 salários mínimos sentiram-se motivados a emigrar para outros estados da federação e país estrangeiro. O indicador apresentado permite uma importante observação. Se o cearense demonstrou-se insatisfeito com o seu nível de rendimentos, é devido ao fato de que o Ceará não ofereceu condições suficientes para que o trabalhador rural e sua família pudessem permanecer no estado. O valor do $R^2 = 0,791$ significa que o período de tempo adotado (1991-2003) foi uma variável explicativa, que respondeu pôr aproximadamente 79,1% da variação na variável TPR. A análise de variância (ANOVA) demonstrou-se altamente significativo, onde a estatística F apresentou um valor igual a 18,392.

No tocante à evolução da taxa geométrica de crescimento do desemprego, ver TABELA 03. O valor do coeficiente 0,06080 implica que no período de tempo adotado; ou seja, 1991-2003 a variável desemprego cresceu 6,080%, uma estatística que reforça a teoria e evolução do desemprego no Ceará, e que contribui para reforçar a posição deste estado como um grande estado exportador de mão-de-obra para outras partes do país. De fato, tal evidência estatística denota o grande número de cearenses desocupados ou desempregados que impossibilitados de obterem um trabalho sentiram-se motivados a emigrar para outras unidades da federação. O valor do $R^2 = 0,940$ significa que o período de tempo adotado (1991-2003) foi uma variável explicativa, que respondeu pôr aproximadamente 94% da variação na taxa de desemprego no estado do Ceará. A análise de variância (ANOVA) demonstrou-se altamente significativo, onde a estatística F apresentou um valor igual a 83,871.

É fundamental que a compreensão das emigrações cearenses bem como suas causas principais: TPR – Total da população com renda até 02 salários mínimos e o desemprego assumem características semelhantes com o resto do país e que portanto foram indissociáveis com as medidas econômicas implementadas pelo estado brasileiro durante a década de 1990

LEMOS (2002), descreve estes fatores que contribuíram e (contribuem) por construir uma alarmante exclusão social que ficou bastante presente nos anos 90, onde o processo emigratório foi uma característica intrínseca deste período. Segundo o autor, os desajustes internos, induzidos por longos períodos de inflação, e o endividamento, por intermédio do capital especulativo, propositadamente contraído no exterior para financiar dificuldades na

balança de pagamentos, se constituem em consideráveis obstáculos pela busca de melhores padrões de bem estar para os segmentos importantes da sociedade brasileira, e em especial para aqueles que estão na base da pirâmide social. A justificativa para este endividamento externo é a necessidade de se financiar o crescimento interno, haja vista que em sociedades atrasadas como a brasileira é restrita a capacidade de acumular uma poupança interna necessária para alavancar os investimentos necessários. Este aspecto teve um importante papel no desencadeamento do processo capitalista no Brasil, e que colaborou para incrementar o aumento das desigualdades sociais. A incidência do financiamento inflacionário deste crescimento e acumulação, infligiram um fardo muito pesado para os agentes econômicos, notadamente os assalariados que sobrevivem com renda fixa, que pela posição vulnerável que apresentam, não têm a possibilidade de buscar no mercado financeiro para se aproveitarem do processo indexador então prevalecente na economia brasileira. Desta forma, o financiamento do crescimento da economia brasileira se constituiu na visão deste autor em um doloroso e pesado fardo para a massa de trabalhadores assalariados brasileiros.

Uma outra vertente de explicação que ajuda entender as desigualdades sociais foram os consecutivos planos econômicos arquitetados para debelar os processos inflacionários. A partir de de 1986 com a implantação do plano cruzado, até o mais recente plano real (julho de 1994). Estes planos trouxeram inúmeras políticas de cunho monetário, fiscal e cambial, com características contracionistas, LEMOS (2002).

Em 1999, o plano real sofreu um grande revés, por consequência da desvalorização cambial ocorrida em 13 de janeiro daquele ano onde os agentes econômicos mais fragilizados da economia, ou seja, os assalariados tiveram que enfrentar uma recessão econômica. Segundo Baer (2002), em janeiro de 1999, as elevadas taxas de juros impostas pelo governo para fazer frente à saída de capital em decorrência das crises da Ásia (1997) e Rússia (1998) não estavam mais impedindo fuga de dólares das reservas brasileiras, e que portanto estavam produzindo uma grande recessão econômica. Diante desta problemática o governo cedeu as pressões e permitiu que a taxa cambial flutuasse livremente, o que culminou no fim da ilusão do plano real.

Estas políticas trouxeram e trazem a elevação do desemprego, e de forma paralela a uma queda dos salários, notadamente para a classe trabalhadora, onde o pequeno agricultor

é um dos principais personagens que mais sofrem com as medidas econômicas implementadas pelo estado brasileiro ao longo dos anos. A consequência deste fato é uma grande rotatividade da força de trabalho rural oriunda dos elevadíssimos níveis de desemprego que elas provocam.

Esta rotatividade implementada pelo agricultor cearense traduz-se no aumento das emigrações, pois tornam-se a única saída para uma grande massa de agricultores desamparados pelo poder público, e principalmente pelas políticas econômicas que além de penalizar em termos de renda, não oferecem políticas efetivas de fixação do homem do campo em sua terra.

Estas políticas econômicas danosas aprofundam a questão da superurbanização em estados pobres como o Ceará. Tal processo de urbanização por sua vez esta intrinsecamente relacionado com a agricultura regional que devido ao sistema de posse da terra associado a miséria provocam a elevação do número de cearenses desprovidos de renda ou que recebem até 02 salários mínimos (quando recebem) em virtude dos períodos de estiagem que infligem grandes perdas na produção agrícola que inevitavelmente acarreta no aumento de cearenses desempregados, e por consequência a expulsão de milhares de pequenos agricultores para áreas urbanas.

No tocante as pequenas cidades responsáveis por esta emigração forçada do agricultor cearense, há um empobrecimento qualitativo das cidades do interior, pois torna-se um processo bastante oneroso do ponto de vista sócio-econômico, em virtude da subutilização dos serviços básicos de infra-estrutura que passam a se pesadamente assumidos pelo região metropolitana de Fortaleza como de outros estados da federação.

Esta tendência se contrapõe com as conclusões do trabalho de DEL GROSSI (1999), que afirma que na década de 90 tenha ocorrido uma espécie de nova "ruralidade", mais especificamente uma diminuição do êxodo rural, ou migração rural-urbana e até um pequeno crescimento da população rural em várias regiões do país, resultado do aumento de empregos não-agrícolas, de desempregados e de inativos principalmente de aposentados residentes em áreas rurais. Vale ressaltar que a proposta deste trabalho não está negando que esta nova "ruralidade" não esteja ocorrendo em diversas localidades rurais, mas sim afirmar uma importante ressalva de que no Ceará as emigrações cearenses na maior parte do meio rural, ainda ocorrem com muita frequência.

7 CONCLUSÕES

O crescimento das emigrações cearenses no período de 1991 a 2003 indicou uma tendência que foi contrária aos recentes estudos que afirmam haver uma migração de retorno. Na verdade o cearense continua emigrando, fato este evidenciado não apenas neste estudo mas também na evolução das PNADs..

Devido a restrições da disponibilidade de dados, a análise ficou restrita a apenas 12 anos, porém os resultados demonstrados neste estudo puderam servir como parâmetro para avaliar o papel do Ceará como grande estado exportador de mão-de-obra para outras partes do país.

Desta forma, o estudo mostrou algumas surpresas, senão vejamos. A variável área colhida total das três culturas temporárias ou de sequeiro: Feijão, Milho e Mandioca que são culturas extremamente suscetíveis ao volume de chuvas, e que por hipótese poderiam constituir num fator de incentivo do trabalhador rural, demonstrou ser pouco relevante, ou seja, mesmo considerando estas três culturas tão importantes para a sobrevivência do trabalhador rural, pôde-se observar que no período de tempo analisado esta variável não foi considerada como uma explicativa para a fuga de cearenses.

Quanto as precipitações de chuvas no período de 1991 a 2003 os resultados mostraram uma fraca influência na evolução dos emigrantes cearenses, não constituindo com fator relevante para a decisão de emigrar para outros estados da federação.

Contudo no que se refere à influência das outras duas variáveis renda e desemprego, observou-se através dos resultados que a taxa de emigração dos cearenses no período de tempo adotado, 1991-2003, foi fortemente influenciada por essas variáveis.

A variável TPR demonstrou nos seus estudos a grande influência sobre a decisão do cearense de emigrar. Observou-se nos resultados um grande número de pessoas, com renda até dois salários mínimos, o que justifica significativamente, a sua estreita relação com a vontade do cearense de emigrar. Uma razão provável para que a TPR tenha influenciado a ocorrência de emigrantes cearenses seria a grande quantidade de pessoas desprovidas de renda e/ou cearenses que receberam, uma renda até 02 salários mínimos, contudo os pequenos agricultores que receberam, alguma renda não tiveram, condições de honrar os compromissos com dívidas contraídas provocadas por prejuízos em safras provocadas por

estiagens e agravados por políticas agrícolas ineficientes ocorridas no período de tempo analisado. A importância desta variável verificada na matriz de correlação e no modelo de regressão linear faz supor que a renda no período de tempo estudado não foi suficientemente satisfatório para que o cearense permanecesse no seu estado. Tal fato pode ser comprovado pela posição de estado pobre que o Ceará ocupa nos relatórios de desenvolvimento humano, e que sem dúvida incrementou no aumento do número de emigrantes cearenses durante a década de 90 e início do século XXI.

A variável desemprego, que abrange o número de pessoas desempregadas ou desocupadas, também de forma semelhante a variável salário, mostrou através das inferências estatísticas ser bastante significativa onde portanto a inexistência de emprego para o trabalhador cearense, constituiu como uma outra grande causa para que o cearense decidisse emigrar.

A união das variáveis desemprego e renda foram decisivas no período de tempo adotado, para que o cearense se motivasse a emigrar para outras partes do país, e até do estrangeiro, com o intuito de buscar um trabalho, e conseqüentemente um nível de renda que lhe permitisse satisfazer às suas necessidades pessoais e de sua família.

8 REFERENCIAS

- ALVES, A . A . Carlos. **Análise do processo migratório na Região Metropolitana de Fortaleza.**1993.116 f. Tese (Mestrado em Economia) – CAEN, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1993.
- BAER, Werner. **A Economia brasileira.** 2.ed.São Paulo: Nobel, 2002.
- BANCO DO NORDESTE/ BNB – GTDN. Grupo de trabalho para o desenvolvimento do Nordeste.Uma política econômica de desenvolvimento econômico para o nordeste. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.28, n.4, p.387-432, out/dez, 1987.
- CAMARGO, Francisco José. **A Cidade e o campo; o êxodo rural no Brasil:** Editora: Livro Técnico, Rio de Janeiro, 1968.
- CAVALCANTI, M. Ana. **Migração rural-rural no Nordeste do Brasil.** 1978.70 f. Tese Curso de (Mestrado em Economia) - CAEN, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- FERREIRA, Assuéro. Migrações internas e subdesenvolvimento. Uma discussão.**Revista de Economia Política**, v. 6; n. 1. Jan/abril, 1986.
- FUNCEME. Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos. **Série histórica da média da pluviometria do Estado do Ceará,**2003.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Nacional, 1993.
- GROSSI, Del. E. Mauro. et al. **O fim do êxodo rural?** Campinas – SP:IE/Unicamp,1999 (Textos selecionados).
- GUJARATI, Damodar N. **Econometria Básica.** São Paulo: MAKRON Books, 2000.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios,** Rio de Janeiro: IBGE, 1992-93.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios,** Rio de Janeiro: IBGE, 1995-99.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios,** Rio de Janeiro: IBGE, 2001-03.
- IBGE. **Produção Agrícola Municipal 1975-1994.** Estatísticas Básicas: série retrospectivas –número 7, Rio de Janeiro,1994.
- IBGE. **Produção Agrícola Municipal: Culturas Temporárias e Permanentes,** Rio de Janeiro: IBGE, 1995-2003.
- LEMOS, J. J.S. **Exclusão social o Brasil:** radiografia dos anos noventa. Fortaleza, 2002. (Relatório de Pesquisa)

MARX, Karl. **O Capital**. 2 ed. São Paulo: Civilização Brasileira. 1971.v.2, cap. 24.

MENEZES, Frigoletto Eduardo. **As Migrações**. <<http://www.friigoletto.com.br/geo/pop/migrações.htm>. p.01-05.> Acesso em: 20/04/2003.

OLIVEIRA, Alberto de. **A saga de um povo**. Fortaleza: ABC, 1999.

ORRICO, R. A José. Conceitos básicos, definições e mensuração da migração interna. Excertos do Manual VI da ONU, In:Moura, H. **Migração Interna**, (S.l).BNBR, 1980 (Textos selecionados).

PRADO Jr, Caio. **História econômica do Brasil**, 42 ed. São Paulo: Brasiliense,1994.

RAVENSTEIN, E. G., As Leis da Migração, In:Moura, H. **Migração Interna**, (S.l).BNBR, 1980 (Textos selecionados).

RENNER, H. C.& PATARRA L.N. **Migrações**.In, Berquó Elza. S.Dinâmica da população: Teoria, métodos, técnicas de análise.6 ed. São Paulo: Queiroz, 1980.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia**. 2º ed. São Paulo: Nova Cultural,1996.

SILVA, José Luís (et al). Fluxos migratórios e dispersão das rendas per capita estaduais: uma análise por dados em painel no período de 1950 – 2000. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.34, nº3. p. 379-404 jul-set, 2003.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1973. 151p.

SOBRINHO, P. Thomaz. **História das secas. Século XX. Homenagem ao primeiro centenário da abolição Mossoroense**. Rio Grande do Norte, 1982, Coleção Mossoroense.

SOUZA, Itamar de. **Migrações Internas no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980.

TODARO, M. P. **Introdução à economia: uma visão para o terceiro mundo**: uma introdução aos princípios, problemas e políticos para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

TONIATTI, F. Mário. **Migração rural-urbana no Estado do Ceará**: suas causas.1976. 87 f. Tese de Mestrado. CAEN – Curso de Mestrado em Economia - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

ANEXO

TABELA 04
Dados Gerais – Linear

Anos	Emigrações *	Área Colhida Total **	TPR ***	Desemprego ****	Pluviometria Total*****
1991	309.387	1.376.171	4.435.788	67.246	779,3
1992	300.724	1.200.365	4.364.815	68.456	695,6
1993	292.261	495.945	4.292.917	58.770	420,2
1994	306.988	1.564.353	4.296.697	70.935	1.168,6
1995	322.458	1.457.341	4.301.027	85.623	1.085,0
1996	304.591	938.644	4.421.226	71.102	1.066,9
1997	319.902	865.481	4.454.843	90.667	719,2
1998	360.951	793.805	4.589.490	97.145	527,0
1999	369.656	1.239.354	4.771.084	92.498	855,8
2000	379.370	1.266.782	4.990.554	106.650	1.058,9
2001	389.345	1.198.124	5.225.535	123.469	693,0
2002	409.388	1.385.725	5.365.938	118.881	944,7
2003	415.779	1.389.041	4.648.658	123.500	974,9

Fonte: Dados Secundários

Notas:

* Total de cearenses que emigraram para outros estados e país estrangeiro.

** Área colhida total das culturas temporárias: Feijão, Milho e Mandioca (ha).

*** Total de pessoas com renda de zero até dois salários mínimos.

**** Total de pessoas desempregadas ou desocupadas por sexo e ramos de atividade no Ceará.

***** Pluviometria total do Ceará (mm)



TABELA 05
Logaritmo Natural (Ln)

Anos	Emigrações	Área Colhida Total	TPR	Desemprego	Pluviometria Total
1991	12,64	14,13	15,31	11,12	6,66
1992	12,61	14,00	15,29	11,13	6,54
1993	12,59	13,11	15,27	10,98	6,04
1994	12,63	14,26	15,27	11,17	7,06
1995	12,68	14,19	15,27	11,36	6,99
1996	12,63	13,75	15,30	11,17	6,97
1997	12,68	13,67	15,31	11,41	6,58
1998	12,80	13,58	15,34	11,48	6,27
1999	12,82	14,03	15,38	11,43	6,75
2000	12,84	14,05	15,42	11,58	6,96
2001	12,87	14,00	15,47	11,72	6,54
2002	12,92	14,14	15,50	11,69	6,85
2003	12,94	14,14	15,35	11,72	6,88

Fonte: Dados Secundários